



Anais da Assembléia

Nº 75

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimentoal é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º — O art. 12 e parágrafos, passam a ter a redação seguinte:

“Art. 12 — Os deputados são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados, criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 2.º — Se a Assembléia não se pronunciar sobre o pedido, dentro de 40 (quarenta) dias a contar de seu recebimento, ter-se-á como concedida a licença.

§ 3.º — No caso de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de 48 (quarenta e oito) horas à Assembléia Legislativa para que resolva sobre a prisão e autoriza ou não a formação da culpa.

§ 4.º — Os deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 5.º — As prerrogativas processuais dos deputados, arrolados como testemunhas, não subsistirão se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de 30 (trinta) dias, ao convite judicial.

§ 6.º — A incorporação às Forças Armadas, de deputados, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia Legislativa.”

Art. 2.º — O art. 107 fica acrescido do seguinte parágrafo:

“ § 3.º — Os vereadores são invioláveis no exercício do

mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional, gozando das mesmas imunidades asseguradas aos deputados por esta Constituição”.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI

Apciamento: NILSO SGUAREZI, NELTON FRIEDRICH, FUAD NACLI, DARCY DEITOS, MÁRIO CELSO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, FIORI LUIZ, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, DENI SCHWARTZ, AUGUSTO CARNEIRO, RENATO BUENO, DOMÍCIO SCARAMELLA, GERNOTE KIRINUS, EDILSON ALENCAR, JOSÉ TAVARES, ADALBERTO DAROS, ANTÔNIO FACCI, CYRO MARTINS, TRAJANO BASTOS, PINTO DIAS, LINEU TURRA, NESTOR BAPTISTA e TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A matéria constante do artigo 1.º decorre de adaptação pura e simples do disposto na Constituição Federal sobre a matéria, aliás já incorporada à nossa Carta por força do que estabelece o art. 200 do Texto Magno.

O art. 2.º dispõe sobre a inviolabilidade e a imunidade do vereador e, de certa forma, revive uma regra que já esteve na Constituição de 12 de julho de 1947, deste Estado, mais precisamente no art. 128, cujos termos são os seguintes:

“Art. 128 — Nos territórios dos Municípios onde forem eleitos, o prefeito e os vereadores gozarão das mesmas imunidades asseguradas aos deputados por esta Constituição”.

Verifica-se, portanto, que a proposição em tela é menos abrangente, na medida em que propõe tão somente aos vereadores a inviolabilidade e a imunidade.

Os fundamentos da reabilitação das prerrogativas ao vereador são os seguintes:

O Parlamento livre, sem que haja inviolabilidade inexistente.

A inviolabilidade parlamentar vem consagrada no direito pátrio brasileiro desde 1824, data da edição e promulgação da primeira Constituição.

Todas as demais Cartas Magnas consagraram o mesmo princípio.

Nos anos negros do arbítrio, que se prenuncia estar no final, foi inserida no texto constitucional, uma execrência legal e moral, ou seja a quebra da inviolabilidade parlamentar.

Atar a palavra do ocupante da tribuna de um Parlamento às normas pré-estabelecidas, estando sobre a cabeça do parlamentar, permanentemente, uma “espada de Dâmocles” é medida que, sem sombras de dúvidas, não é cabível.

Estamos, queremos crer, no porvir de novos tempos, tanto é que com a edição da Emenda Constituição n.º 11, de 17 de outubro de 1978, foi eliminada a ressalva dos crimes contra a honra, ou sejam, a calúnia, injúria e difamação.

O Supremo Tribunal Federal, no passado, por maioria de votos, nunca por unanimidade, em vários julgamentos decidiu pela inconstitucionalidade de disposições estaduais que concediam imunidade aos vereadores. Em termos de doutrina, diversos juristas discordam desse entendimento jurisprudencial e, parecem-nos com bom fundamento.

Não há um artigo em norma positiva federal que o proíba; nem a Constituição Federal que é omissa, nem nas Leis ordinárias da União.

No que toca ao ponto, da imunidade aos vereadores, há que se lembrar que a Lei Eleitoral (lei federal), concede pela via ordinária, verdadeiras imunidades formais a eleitores e candidatos (Código Eleitoral, art. 236, § 1.º), proibindo ou dificultando a prisão dos mesmos. É verdade que por curto período

do, mas de qualquer forma uma imunidade não processual concedida por Lei ordinária e cuja CONSTITUCIONALIDADE NÃO É POSTA EM DÚVIDA. A Imunidade não é um privilégio pessoal, o qual não valeria se não previsto na Constituição Federal. É ela uma garantia funcional e aos Estados, segundo nosso entendimento, nada os impede de estenderem aos vereadores, OU ENTÃO, O PODER CENTRAL AINDA NÃO RECONHECE AOS ESTADOS A FACULDADE DE SUPRIR O SILÊNCIO FEDERAL.

A aprovação desta proposição é medida que demonstrará inequivocamente, mais um passo na conquista da independência que o Poder Legislativo tem que reconquistar.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Alice Marin, de tradicional família Chateaubriense.

Requer, igualmente, que seja dado ciência à família, nas pessoas dos Srs. Floriano Marin e Floriano Marin Filho, residentes em Assis Chateaubriand - PR.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOAO CAETANO ARANTES, ocorrido em Maringá, dia 24 último.

O extinto exerceu as funções de Juiz de Paz no Distrito de Floriano, comarca de Maringá, durante os quinze últimos anos, desfrutando de grande amizade e respeito na Comunidade.

Requer, seja dado ciência da decisão da Casa à viúva Dona Etelvina Arantes, A/C do Cartório de Paz e Anexos - Distrito de Floriano - Maringá.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALFREDO JOÃO SCHLEUMER, jornalista, com 33 anos e Diretor da Sucursal do "Jornal do Brasil" em Curitiba, há mais de dez anos no jornalismo, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Quão difícil é a profissão de ensinar, de transmitir às crianças as primeiras letras do alfabeto; quem de nós consegue esquecer daquela diretora que às vezes nos repreendia para que nós então voltássemos a estudar com afinco.

Morreu ontem a professora SOFIA LANGE, diretora do Primeiro Grau do Colégio Martinus, que em toda a sua vida entregou-se para os seus alunos, dedicando-se à causa da educação.

Receba a família da professora SOFIA LANGE o voto de profundo pesar.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família

enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EUZÉBIO VIEIRA DOS ANJOS, ocorrido no último dia 23, na cidade de Balsa Nova.

O falecimento provocou profundo entristecimento na comunidade de Balsa Nova, pois tratava-se de pessoa integrante de conceituada família daquele município, além de líder político, ultimamente tendo dirigido o Legislativo Municipal.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à Câmara Municipal de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos, um voto de congratulações aos Senhores ABRAHÃO MIGUEL, HAROLDO DA COSTA PINTO e EROS NASCIMENTO GRADOWSKI, nomeados para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

As citadas nomeações vêm de conduzir três brilhantes homens da Justiça do Paraná, cujas personalidades marcantes vêm dignificando durante vários anos as altas funções que vinham exercendo.

É com grande júbilo que vemos o nome do nosso companheiro, ex-integrante desta augusta Casa de Leis Doutor Abrahão Miguel, cuja passagem sempre foi de legislador consciente e homem público sempre voltado aos mais altos interesses da coletividade.

Pelo expressivo acontecimento, que sem dúvida irá projetar mais ainda o cenário jurídico do Estado do Paraná, é que apresentamos o presente, solicitando, outrossim, que da decisão do presente se dê ciência aos ora nominados.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) JOÃO MANSUR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a inserção nos Anais da Casa, de voto de congratulações com o Sr. Governador do Estado, pela nomeação para Desembargadores do Tribunal de Justiça, dos Senhores Eros Nascimento Gradowski, Abrahão Miguel e Haroldo da Costa Pinto.

O Dr. Abrahão Miguel, cuja nomeação é particularmente significativa a esta Assembléia, pois foi deputado estadual, exercendo inclusive a liderança na bancada do Governo nesta Casa, e é natural de Pinhalão, Estado do Paraná. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal, exerceu por muito tempo a advocacia na Comarca de Astorga. Nomeado Juiz do Tribunal de Alçada, representando a classe dos Advogados, ocupou com raro brilho a presidência daquela Corte.

O Dr. Eros do Nascimento Gradowski, emérito Professor de Direito, ex-Procurador Geral da Justiça, por certo, como Desembargador, prosseguirá na trajetória de bons serviços prestados à causa da justiça.

O Dr. Haroldo Costa Pinto, magistrado de invulgaes virtudes, cuja nomeação fala de perto ao subscritor do presente, pois foi Juiz de Direito na Comarca de Porecatu, onde sou elei-

tor e tenho meu núcleo eleitoral, tenho certeza contribuirá, decisivamente, para o engrandecimento do Poder Judiciário.

Requer, ainda, que da aprovação do presente, dê-se conhecimento aos homenageados, cujos currículos estão anexos a este, e também ao Sr. Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) FUAD NACLI

"Segue "curriculum" de suas atividades".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado o seguinte apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública do Paraná, encarecendo as seguintes medidas junto ao DETRAN:

- 1- Que seja realizada, em caráter permanente, campanha educativa de trânsito, cobrindo todo o Estado do Paraná, a fim de que seja possível a redução dos alarmantes índices de acidentes registrados;
- 2- que seja revisada a situação funcional dos servidores públicos lotados no DETRAN;
- 3- que seja proibida a imposição de multa punitiva arrecadadora, ou seja a multa que tem por finalidade primeira a arrecadação de recursos para o FUNRESTRAN;
- 4- que o policiamento ostensivo de trânsito seja também deslocado para os locais onde a providência se faz necessária, principalmente para onde são registrados reiterados acidentes;
- 5- que sejam designados funcionários da alta hierarquia da Secretaria da Segurança Pública, para integrarem as Comissões de Processo Administrativo a serem instaurados para apurar a corrupção que a imprensa local e nacional vem denunciando no DETRAN;
- 6- que sejam apontados os nomes de todos os funcionários, despachantes e demais pessoas envolvidas nos processos de corrupção e falsificação de documentos públicos, oportunamente;
- 7- que os usuários sejam informados sobre as atuais condições de funcionamento, manutenção, confiabilidade do sistema e custo do C.T.A.;
- 8- que sejam sumariamente afastados os funcionários indicados em processo de corrupção;
- 9- que seja revisto o método de expedição de Carteira de Motorista, e;
- 10- que ao proceder a nomeação do Chefe da CIRETRAN, seja levado em conta mais a capacidade funcional do funcionário do que o seu apadrinhamento político.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja inserto nos Anais da Casa, votos de regozijo pela nomeação dos Srs. Drs. EROS DO NASCIMENTO GRADOWSKI, HAROLDO DA COSTA PINTO e ABRAHÃO MIGUEL, para o cargo de Desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Estado.

Requer, outrossim, que seja dado ciência da decisão da Casa, aos ilustres Desembargadores recém nomeados.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental e após audiência do Plenário desta Casa, REQUER, um voto de aplauso à Universidade Católica do Paraná e ao Seminário Voz do Paraná pela realização, em Curitiba, do I SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Necessário destacar a preocupação com o debate sério, a nível universitário, de alunos e professores, no cumprimento de uma das mais importantes funções da Universidade.

Participaram do Seminário, importantes personalidades brasileiras, como conferencistas: Carlos Chagas, articulista do jornal "O Estado de São Paulo"; Cleto de Assis, Secretário de Imprensa do Governo do Estado; Ismar Cardona, editor de "O Globo"; Ari Bauer Lopes, gerente de relações públicas do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; Theobaldo de Souza Andrade, Professor da Universidade de São Paulo e Neil Ferreira, da agência publicitária DPZ.

Como debatedores, categorizados homens de imprensa, publicidade e relações públicas do Paraná: Mussa José Assis, Reynaldo Jardim, Luiz Geraldo Mazza, Walter Schimidt, Gilberto Ricardo dos Santos e Benedito Pires.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Juizes Abrahão Miguel e Haroldo da Costa Pinto, do Tribunal de Alçada e o Procurador Geral da Justiça - Eros do Nascimento Gradowski, foram nomeados, ontem, por ato do Governador do Estado, Desembargadores da nossa Corte de Justiça.

Indubitavelmente, o Decreto Governamental veio fazer justiça àqueles novos Magistrados, tendo em vista tratar-se de personalidades exponenciais na área jurídica.

Os juizes Haroldo da Costa Pinto e Abrahão Miguel, destacaram-se no Tribunal de Alçada não só pelos seus conhecimentos, mas, sobretudo, pela forma como procuravam distribuir justiça.

Com efeito, não poderíamos deixar de destacar, nesta hora, a passagem profícua do ex-Deputado Abrahão Miguel por esta Casa, onde pontificou nas matérias que exigiam acurados estudos e conhecimentos do campo jurídico, assim como, no trabalho silencioso das Comissões.

Já o Doutor Eros do Nascimento Gradowski, notabilizou-se, sobretudo, pela legião de ex-alunos, aos quais transmitiu sempre o melhor dos seus conhecimentos, notadamente na área do Direito Penal.

Nesta oportunidade, queremos saudar os novos Desembargadores levando em linha de conta os méritos reunidos no curso de suas vidas e o primado da harmonia entre os Três Poderes, solicitando, a consagração de voto de regozijo, a ser endereçado aos Magistrados.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor Doutor FERNANDO FONTANA, operoso Secretário da Indústria e Comércio, expediente transmitindo um voto de regozijo pela eficiente e progressista orientação que vem imprimindo à frente daquela Pasta, especialmente pela decisão de criar, com a colaboração da Secretaria da Administração, a COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRITOS INDUSTRIAIS

DO PARANÁ.

Referida empresa estatal terá por objetivo promover a regionalização industrial em todas as suas dimensões, o que representa para o Estado a horizontalização do desenvolvimento fabril e, conseqüentemente, a expansão dos seus empreendimentos econômicos.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando urgentes providências em relação ao Colégio Estadual Manoel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu, tendo em vista a situação precária daquele Colégio Agrícola, bem como as constantes reclamações contra sua diretoria, surgidas na área.

Requer, outrossim, envio de correspondência, comunicando o teor do presente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Em anexo, reportagem do Jornal HOJE/FOZ, que aborda a situação daquele estabelecimento de ensino.

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Engenheiro Nivaldo de Almeida, titular da Secretaria dos Transportes do Paraná, enfatizando a necessidade de se imprimir rapidez nas obras de construção do contorno rodoviário da Cidade de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Todo o movimento de transporte de cargas e passageiros no sentido Norte do Paraná - São Paulo e vice-versa, é realizado pela Cidade de Jacarezinho, no Norte-Pioneiro.

Pela quantidade de veículos que trafegam nesse itinerário, pela sua intensidade em termo de números e peso, é fácil aquilatar a série de transtornos causado àquela cidade, à sua população, ao patrimônio privado e público.

Rompimento de cabos telefônicos, abalos no calçamento e danos na rede de abastecimento de água, ocasionando frequentes interrupções no fornecimento representam sérios prejuízos aos cofres do município, e de forma direta, à massa contribuinte.

O elevado volume de automóveis e caminhões que transita pelo centro da Cidade de Jacarezinho é causa de transtorno também à classe estudantil e ao magistério, pois a poluição sonora provocada, é fator de irritação e conseqüente decréscimo do nível de aprendizagem.

Cumpra ainda, não sem anteriormente manifestar nossa tristeza e indignação, denunciar que por culpa da desatenção por parte do órgão governamental competente, o qual nunca volveu sua preocupação para o problema em tela, até mortes já foram registradas.

É nosso dever também, ditado pela antevisão de fatos que poderão fatalmente ocorrer, chamar a atenção do Governo do Estado, no sentido de que, com urgência, acione seus mecanismos para proporcionar ao povo de Jacarezinho, a paz, o conforto, a segurança e tranqüilidade, das quais é justo merecedor, pois trata-se de uma gente que, com o seu trabalho incessante, contribuiu sempre para o desenvolvimento do

processo de enriquecimento do Estado e da Nação.

Pela sua participação no aumento da arrecadação de tributos estaduais, Jacarezinho realmente merece uma retribuição por parte do Governo, e, nada mais pede, que simples condições para continuar trabalhando, continuar progredindo.

Finalizando, Sr. Presidente, solicito ainda, que, da decisão da Mesa, dê-se ciência à egrégia Câmara de Vereadores do Município de Jacarezinho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura.

Pretende-se com tal medida, formalizar um apelo ao titular da Pasta da Agricultura para que determine as providências cabíveis para que técnicos da referida Secretaria possam fazer um levantamento nos Municípios de Lupionópolis, Santo Inácio, Cafeara e outros que entender necessários, no sentido de esclarecer em definitivo aos cotonicultores daquela região, a respeito da qualidade das sementes de algodão que vem sendo utilizadas.

Ocorre que são constantes as reclamações dos cotonicultores quanto à qualidade da semente de algodão que vem sendo comercializada pela Café do Paraná e informam ainda os referidos cotonicultores que os melhores resultados vem sendo obtidos pelos que tem utilizado a semente IAC-17 paulista, adquirida preferencialmente em Presidente Prudente, mas com a dificuldade de chegar às propriedades, face à proibição de sua passagem nos postos de fiscalização.

E as informações são no sentido de que a semente paulista propicia uma produtividade de cinquenta a oitenta por cento a mais que a semente negociada pela Café do Paraná.

Preocupados com o problema e dada a gravidade do mesmo que nos foi apresentado, solicitamos recentemente nesta Casa e o fizemos respeitosamente, para que a Café do Paraná pudesse nos oferecer alguns subsídios sobre tal assunto.

Veio a resposta da Café do Paraná e já iniciou por dizer que lhe causava estranheza ter este Deputado recebido tais queixas.

Como não estamos movidos por nenhum interesse de discussão acadêmica, mas sim estamos é preocupados com denúncias que ouvimos, sabedores que em setembro já estará sendo iniciado o plantio do algodão, resolvemos então levar este apelo diretamente à Secretaria da Agricultura.

Na resposta encaminhada para esta Casa Legislativa pela Café do Paraná, cujo xerox anexamos para fazer parte deste expediente, vários pontos ficaram nebulosos.

Em nova visita à região produtora do algodão há uma afirmativa de que as sementes IAC-7 paulista e a IAC paranaense, são absolutamente distintas.

Há informações de produtores que houve no ano passado autorização para que pelo Posto Fiscal de Santo Inácio, pudesse entrar a semente IAC-7 paulista, endereçada diretamente a Café do Paraná, para o Município de Umuarama.

Os produtores da região da divisa com São Paulo já não contam com esse privilégio, sendo impedida a entrada da semente.

Até mesmo os "catadores de algodão" preferem trabalhar a preço mais baixo por arroba catada, desde que seja em propriedade onde foi utilizada a semente paulista.

E é tudo explicado pela forma como abre o algodão sendo que o resultado da semente paulista é fácil de ser colhido, fato que não ocorre com o produzido com as sementes fornecidas pela Café do Paraná.

O que estamos desejando é que os cotonicultores daque-

la região sejam devidamente atendidos, pois as experiências e os resultados que eles vem obtendo, parecem ter muito mais validade do que as informações apenas técnicas que nos chegam da Café do Paraná.

E não bastassem esses fatos já narrados, perdem os cotonicultores os benefícios do financiamento quando trazem as sementes do Estado de São Paulo, pois que elas chegam "às escondidas" e são descobertas quando das safras, pois todos sabem que as plantações com alto índice de produção, são aqueles que utilizaram a IAC-17 paulista.

E na hora de produzir temos que lembrar que tudo é Brasil.

Para não ficar apenas nas informações que este Parlamentar pode colher na região, vão relacionados a seguir os nomes de cotonicultores dos municípios citados, os quais certamente poderão transmitir todas as informações necessárias para que a Secretaria da Agricultura possa chegar a uma conclusão segura, em que some não apenas as informações técnicas, mas também as experiências dos próprios cotonicultores.

E seja qual for a solução, desde que se permita ao Paraná produzir mais algodão, teremos atingido a meta que estamos perseguindo.

É importante que essa Secretaria veja neste apelo, uma forma de atender ou esclarecer aqueles produtores que através deste Parlamentar trazem estas informações daqueles que querem e sabem que poderão produzir mais.

Relação de cotonicultores que poderão ser ouvidos a propósitos deste assunto:

SANTO INÁCIO:

JOSÉ PAULO SOARES	BENEDITO ANDRADE
SIMPLÍCIO PROCÓPIO DE OLIVEIRA	ARIOVALDO PEREIRA LIMA
CLAUDINOR HENRIQUE DE MELO	ESTEVÃO CALVO GONZALES
ROQUE GERVÁSIO	ALÍPIO PEREIRA DOS SANTOS
APARECIDO MIRANDA	JOSÉ ANDRADE DA SILVA
JOÃO BENEDITO DA SILVA	ANTÔNIO TAVARES E JOÃO TAVARES.

CAFEARA:

NICATOR LOPES E GUILHERME FABRIN

LUPIONÓPOLIS:

JOSÉ STACANELLI	PEDRO MONTANHA
SÉRGIO MONTANHA	BENEDITO NUNES
ANTÔNIO ÂNGELO DOS SANTOS	OSWALDO MICHELLI
ALVINO SILVA DE OLIVEIRA	FIORAVANTE SÁVIO
MÁRIO TUROZI	ELPÍDIO ARLINDO ALVES
JOSÉ INÁCIO	ALFEO TUROZI e
ANTÔNIO SÁVIO.	

Considerando que o assunto não pode ficar no campo de uma discussão acadêmica, mas sim o que se almeja é a prática, é o resultado, é a melhoria de nossa produção algodoeira, apelamos ao ilustre Secretário da Agricultura para que determine um levantamento "IN LOCO" para que dissipem as dúvidas e para que o homem da lavoura possa ter respeitado o seu direito de participar do Governo, apresentando sugestões.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER respeitosamente, após

ouvido o Plenário, seja oficiado a Sua Excelência o Senhor João Batista de Oliveira Figueiredo, mui digníssimo Presidente da República, voto de aplauso pelo rompimento de relações diplomáticas com o governo de Anastácio Somosa, de Nicarágua.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

É com satisfação que peço hoje nesta Assembléia um voto de aplauso ao Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo pela posição assumida pelo nosso governo ao romper as relações diplomáticas com o governo da Nicarágua.

Mais uma vez o nosso Presidente demonstra que estamos trilhando o caminho da democracia, e de parabéns está toda a Nação brasileira pela posição assumida pelo nosso governo e, principalmente pela seriedade que foi tratada esta questão com o nosso voto contrário a uma intervenção armada em um País irmão, respeitando-se assim a vontade do povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Saúde e Assistência Social, solicitando de Sua Excelência urgentes medidas visando vistoria no hospital Evangélico, para apurar denúncias de próprios funcionários da Casa Hospitalar.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Trinta e oito funcionários daquele Hospital enviaram ao meu gabinete um abaixo-assinado denunciando certos fatos ocorridos no Hospital Evangélico.

Para melhor situar o problema, transcrevo, na íntegra, o abaixo-assinado:

"Nós abaixo assinados, funcionários da "SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITAL EVANGÉLICO", representando os demais, com a finalidade árdua e espinhosa de dar assistência e calor humano aos internos deste Hospital, conclamamos por intermédio do ilustre Deputado que ergue a sua voz na Tribuna da Assembléia Legislativa, o seguinte: Em primeiro lugar não estamos pleiteando melhores salários, um assunto que aflige a toda classe trabalhadora, mas muitas vezes incompreendida pelos gananciosos empregadores; queremos sim os horários de entrada e saída do serviço, uma vez que antes entrávamos no horário das 19,00 horas, com o término às 07,00 horas da manhã, folgando à noite seguinte.

No entanto, caro Deputado, o horário de serviço foi modificado, não sabemos o porque, para às 22,00 horas até às 07,00 horas do dia subsequente.

Com isto não precisaria explicar os problemas que vem de encontro aos nossos lares, como por exemplo, a tomada de condução para chegar ao serviço, assaltos, principalmente às senhoras, o sexo frágil, o descanso que não é igual à noite e os outros impecilhos, que devem ser analisados.

Por outro lado, pediríamos também, que o digno Deputado intercedesse junto aos Órgãos da Saúde Pública, que se faça uma vistoria no Hospital Evangélico porque fatos horripilantes vem acontecendo onde crianças com enfermidade contagiosa são internadas pondo em risco as outras isentas dessas doenças, resultando com isso grande número de óbitos, acobertados pelo empregador, perante os pais; e os sanitários usados pelos funcionários, são ocupados também pelos internos expondo-nos a doenças contagiosas.

Dias atrás, fizemos uma reunião conjunta com o Ministério do Trabalho e nada ficou resolvido dando-nos a impressão existir uma certa intimidade recíproca entre o Poder

Trabalhista com a Empresa.

Nesta ocasião falou-se que a mudança de horário, era porque a firma estava em situação difícil; uma justificativa ultrapassada e vergonhosa.

Por final, ante a evidência dos fatos demonstrados e que mais certamente será suprida pelo Ilustre Deputado, por ser medida de inteira JUSTIÇA".

Aí está, portanto, o abaixo-assinado, cujas assinaturas me reservo em guardá-las, para evitar qualquer tipo de represália.

Informo ainda, que estive pessoalmente naquele Hospital, quando ouvi de alguns funcionários a confirmação das denúncias.

Porém, deixo sob a responsabilidade desta Secretaria, que terá melhores condições de avaliar o problema, no que diz respeito ao seu setor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Banco do Brasil, para que envidem todos os esforços para evitar a paralisação das atividades da Usina Central Paraná, no Município de Porecatu, em razão, especialmente, da comoção social que tal situação criaria tanto naquele município como em Centenário do Sul, Florestópolis, Alvorada do Sul, Lupianópolis e outras cidades circunvizinhas.

Sala das Sessões em 26 de junho de 1979

(aa) LÁZARO DUMONT e

VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Os municípios supra citados, especialmente os de Porecatu, Centenário e Florestópolis, vivem quase que exclusivamente da cultura da cana de açúcar e a falta de trabalho nestas lavouras, por certo traria consequências imprevisíveis às populações dessas áreas, calculando-se que as pessoas atingidas, entre trabalhadores e dependentes, chega aproximadamente 50.000

R QUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário que seja encaminhado telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Relações Exteriores, solicitando que reconheça o Governo Provisório formado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, como legítimo representante do povo nicaraguense.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Semana passada apresentávamos requerimento à esta Casa de Leis, solicitando que o Governo brasileiro rompesse relações diplomáticas com o regime do ditador Somoza da Nicarágua e, ao mesmo tempo, reconhecesse o estado de beligerância naquele País.

Esta Assembléia Legislativa mostrando sensibilidade à luta que os nicaraguenses travam para conseguir sua libertação, aprovou por unanimidade aquele requerimento, por nós apresentado.

A própria O.E.A. que, através dos tempos, tem apoiado regimes ditatoriais parece que acordou para as novas realidades existentes na América Latina e exigiu a renúncia do ditador.

Este reafirmou seus propósitos de continuar à frente do Império Somozista montado por sua família.

Agora é preciso avançar no caminho que o Governo brasileiro escolher.

É necessário que reconheça como legítimo representante do povo nicaraguense o Governo Provisório formado pelos patriotas que compõem a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Sr. Secretário da Educação, Edson Machado de Souza, e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner, reiterando os termos do seu requerimento datado de 25 de abril p.passado, onde solicita sejam baixadas instruções aos professores da área do ensino fundamental e médio, do ensino oficial do Estado e do município, no sentido de que não sejam mais computadas como nota para média de aprovação, as pesquisas escolares ilustradas.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

Após termos abordado este problema por ocasião da apresentação do nosso primeiro requerimento, recebemos várias manifestações dando conta de que na rede oficial de ensino a exigência de pesquisas ilustradas continuava inalterada.

Tais manifestações chegaram, também, às mãos do jornalista Aramis Millarch, de "O Estado do Paraná".

Conclui-se, daí, que continua a destruição de livros, de dicionários e de enciclopédias que fazem parte de acervos de bibliotecas, com as naturais consequências advindas do gesto dos alunos.

Daí a razão deste nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação do Plenário para aprovar o seguinte pedido de informações à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná:

"Qual a razão de não estarem sendo ocupados, até a presente data, os dois edifícios construídos e inaugurados pelo Governo anterior e destinados a acomodar repartições públicas, localizados no Centro Cívico, vizinhos ao Palácio Iguaçu?"

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Ninguém desconhece as dificuldades que inúmeras repartições públicas atravessam, mormente na área das Secretarias de Estado, para terem suas acomodações em condições de funcionamento.

Tanto isso é verdade, que o governo anterior, determinou a edificação de dois magestosos prédios, localizados nos fundos do Palácio Iguaçu, para comportarem referidas repartições.

Todavia, e mormente a opinião pública está sem entender porque razão, até a presente data, referidas edificações não foram ainda ocupadas pelas repartições públicas estaduais, principalmente porque se sabe que muitas delas pagam elevados alugueis, e o Estado tendo edifícios, não os ocupa?

Evidente que se não é negócio mudarem-se para os magestosos edifícios, então deve o Governo providenciar para que os mesmos sejam vendidos ou postos em locação, porque entre todas as razões que levaram a construção dos mesmos, com certeza, não estava aquela de permanecerem - como estão a mais de seis meses, desocupados e sem qualquer finalidade.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 94/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ponta Grossa o imóvel de sua propriedade constante de uma área de terras com 41 ha e 3.712 m², situado no bairro de Uvaranas, naquele município, com características discriminadas na transcrição n.º 24.144, fls. 78, do Livro 3-j, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Ponta Grossa.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) DAVID FEDERMANN.

JUSTIFICATIVA:

Na área de terras que se pretende seja doada ao Município de Ponta Grossa, encontra-se o Parque de Exposições "Augusto Ribas", onde anualmente se realizam exposições feiras dos produtos da região.

A Prefeitura local vem construindo as instalações necessárias a estas promoções, destinando anualmente recursos para esta finalidade.

Pretendendo este ano ampliar o parque e dotá-lo de benfeitorias necessárias, precisa que a área de terras seja incorporada ao patrimônio do município, por doação do Governo do Estado.

A moderna administração tem-se dirigido no sentido de estimular os meios de produção não só através de medidas econômicas e técnicas, como também criando, mantendo e incentivando o contato, união e conagração entre os produtores, e entre estes e a população.

Exemplos mediatos disto são o cooperativismo, as sociedades e associações de produtores, existentes em grande número.

Mais recentes são as exposições feiras, que vêm se tornando tradicionais em nosso Estado, dada a sua condição de grande produtor agropecuário.

Despertando também grande interesse do público, estas promoções possibilitam a que produtores de determinadas regiões, ou do Estado todo e mesmo a nível nacional, se encontrem expondo o que de melhor produzem, ensinando o intercâmbio de técnicas, experiências e de comércio.

Todavia, mais importante que tudo isto, é o sentimento de amor à terra, que tão generosa se revela, reavivado nestas ocasiões, unindo princesinos, paranaenses e brasileiros nos mais elevados propósitos de trabalho, progresso e gratidão a Deus.

E o povo participa ativamente das exposições levando o seu apoio e seu entusiasmo.

Ponta Grossa é município centro da grande região dos Campos Gerais.

Anualmente é sede de exposição feira que se realiza no parque cuja doação da área de terras é objeto deste projeto.

Além disto, nas dependências do parque também se realizam conclaves, reuniões mensais de pecuaristas e agricultores, através de suas entidades de classe.

É necessário, e o povo e as entidades representativas das classes produtoras, confiam em que esta Casa de Leis aprovará o projeto de doação, para que Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado oficialize a transferência do imóvel, o qual, pela sua destinação, já pertence ao município.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente a Céu Azul, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de VERA CRUZ DO OESTE.

"Começa no Rio Xaxim, ponto de encontro da linha leste oeste da divisa entre as glebas Rio Quarto e Guairacá, seguindo pela referida linha rumo leste até seu final, daí segue rumo norte pela divisa entre as glebas do Rio Quarto e São Francisco até atingir o Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce até alcançar a foz da Sanga Barra Funda e por esta acima, até a sua nascente de onde por linha seca e reta alcança a foz do Rio Xaxim no Rio São Francisco Falso Braço Sul, daí sobe o Rio Xaxim até alcançar o ponto de encontro da linha leste oeste das glebas rio Quarto e Guairacá, ponto de partida."

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) EGON PUDELL.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente a Assis Chateaubriand, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de TUPÁSSI.

"Começa ao norte partindo do Rio Alívio, por linha seca divisória das colônias Peruipe e Pindorama, atuais glebas Aleixo e Lambari até o Rio Verde ou Boi-Pigüá; a leste pelo Rio Verde ou Boi-Pigüá, da divisa das colônias Peruipe e Pindorama acima, até a divisa da colônia Pindorama e Termos Lopei; ao sul, pela divisa da colônia Pindorama e Terrenos Lopei, do Rio Verde até a divisa da Fazenda Britânia, por esta divisa até ao Rio Alívio; a oeste pelo Rio Alívio, da divisa da fazenda britânia abaixo até a divisa das colônias Peruipe e Pindorama."

Art. 2.º – A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979

(a) EGON PUDELL.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está finda a leitura do expediente.

Registramos, com satisfação, as presenças em nosso plenário, do Sr. Secretário Luiz Alberto Gomes, Chefe da Casa Civil, do Sr. Edson Machado de Souza, Secretário da Educação e do Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário dos Recursos Humanos.

A Mesa da Assembléia Legislativa, com muito orgulho e satisfação, registra a presença dos ilustres Secretários que vêm fazer uma visita a este Poder Legislativo.

A Mesa registra também, com satisfação, as presenças do Sr. Prefeito Municipal de Céu Azul, Geraldo Batista Chaves, do Sr. Vice-Prefeito Geraldo Pinto, do Sr. Milton Ramiro da Silva, Presidente da Câmara Municipal, demais Srs. Vereadores e Lideranças do Município de Céu Azul.

Registra também a presença do Sr. Farid Nicolau, Prefeito de Bom Sucesso e do Sr. Antônio Lourenção, Vereador desse mesmo município.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Secretário da Educação, Professor Edson Machado, Sr. Secretário dos Recursos Humanos, Segismundo Morgenstern, Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Dr. Luiz Alberto Gomes.

É com grande satisfação que recebemos, hoje, das mãos os Srs. Secretários e Chefe da Casa Civil, o anteprojeto que beneficia os suplementaristas do Estado do Paraná.

Sem dúvida nenhuma, é mais um sonho que se realiza.

Está de parabéns o Governador Ney Braga, por mais esta iniciativa. A medida, sem dúvida, se reveste do maior alcance social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"A região litorânea do nosso Estado, através da história, tem dado elevada contribuição para o desenvolvimento do Estado.

Berço da civilização da terra paranaense, através o litoral começou de modo decisivo o seu povoamento.

Ao curso de décadas e séculos foi o verdadeiro sustentáculo da economia paranaense.

Vieram novos tempos e outras regiões, cujo solo novo e rico em propriedades para a agricultura, se desenvolveram, assumiram posições vertiginosas.

Todavia, o estuário para a sua comercialização foi, via de regra, o litoral.

Dai partiu, também, muito da genuína cultura paranista, constituindo-se sempre em região vanguardista em movimentos culturais.

Seu principal porto, o de Paranaguá, por onde é carreado a maior parte das exportações deste e de outros Estados, é alvo de constante preocupação por toda a comunidade paranaense.

Assim, em nome da preservação, do não assoreamento da baía de Paranaguá, onde também localiza-se o Porto de Antonina, toda a região do litoral paranaense, incluindo Morretes, vê-se restringida nas suas possibilidades de desenvolvimento, notadamente no que concerne à localização de indústrias.

Tudo isso em nome das demais regiões, em nome do Estado do Paraná. Fato que se de um lado gratifica a sua população, por outro preocupa, temendo-se mesmo um acentuado retrocesso em relação às demais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estas são algumas constatações que fizemos em contato com os seus moradores.

Junto aos habitantes não só daqueles Municípios, mas igualmente entre os residentes em Matinhos, Guaratuba, municípios de expressão daquela região, além dos que vivem nas outras praias e vastas extensões a dentro, colhemos entre as suas reivindicações, a de se ampliar o setor educacional e cultural.

Presentemente, temos em Paranaguá a Fundação Faculdade de Ciências e Letras, há longos anos levando a luz do saber à população de todo o litoral. Não obstante, verificamos que muitos ainda fazem uma peregrinação em busca de conhecimentos que não são ministrados naquela Faculdade, em Curitiba e outras cidades.

Alguns residem nessas cidades. Outros, realizam diariamente viagens, arriscando, a cada instante, as suas vidas.

Não foram poucos a lastimarem acidentes, vitimando estudantes. Diariamente há uma legião de apreensivos ansiando um regresso incólume.

Assim, na hora em que é examinado nesta Casa o Projeto de Lei 99/77, que objetiva criar, sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral, tendo em vista o muito já proporcionado, pelo muito que vai proporcionar a todos os que tem sede de conhecimentos e, sobretudo, pelo progresso que irá ensejar, através a criação de inúmeros cursos, queremos manifestar a nossa satisfação de vê-lo concretizado nesta Casa de Leis, visto que bem conhecemos os problemas e as angústias da gente do litoral.

Ressalte-se que entre os novos cursos que constam do projeto, muitos deles ligados às coisas do mar, não poderia ter localização mais consentânea. Merece destaque, igualmente, o

fato de se pretender estender os seus benefícios à região do Vale da Ribeira.

Pelos inegáveis benefícios a serem proporcionados àqueles dois adensamentos populacionais e pelos frutos que irão produzir, queremos externar, em nome da população litorânea, os agradecimentos a todos os Parlamentares que permitiram o estágio atual do Projeto".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostáramos apenas hoje de registrar aqui o recebimento de uma carta-denúncia, que foi enviada pelos funcionários da Sociedade Beneficente Hospital Evangélico.

Estamos realmente sensibilizados com o que a carta nos revela, e por isso mesmo, encaminhamos o ofício ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, para que tome providências cabíveis, e faça, em caráter de urgência, uma inspeção naquela casa hospitalar.

Consideramos que a saúde é realmente um direito inalienável do homem, e isto consta da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, declaração essa que também foi assinada pelo Brasil e, portanto, deve ser garantida pelo Estado.

Por isso, solicitamos então a presença desta Secretaria, ao mesmo tempo em que pretendemos informar ao Delegado Regional do Trabalho, ocorrências que lá estão se verificando.

O problema desta carta-denúncia, assinada por mais de trinta funcionários daquela casa hospitalar, pode ser enfocado sob dois aspectos: o aspecto social, que é o aspecto trabalhista, já que aquele hospital obriga funcionários a horários que vão de 22:00 horas às 7:00 horas da manhã do dia subsequente.

Conseqüentemente, senhoras saem de casa por volta de 21:00 horas, de 20:30 horas, para conseguir chegar ao hospital na hora determinada: 22 horas, e ficam sujeitas à sanha de marginais e mesmo sujeitas a serem assaltadas durante a madrugada.

Queremos então, que o Delegado Regional do Trabalho, faça uma verificação do horário, e que determine, através de leis trabalhistas, um horário que seja ideal e condizente com a situação.

Por outro lado, é o problema da inadequada política nacional de saúde. Essa política, que vem gerando inclusive a morte de muitos brasileiros por causas evitáveis, e na carta, nós citamos um trecho que diz o seguinte:

"Que se faça uma vistoria no Hospital Evangélico, porque fatos horripilantes vêm acontecendo, onde crianças com enfermidades contagiosas, são internadas, pondo em risco as outras isentas dessas doenças, resultando com isso um grande número de óbitos, acobertados pelo empregador perante os pais".

Além dessa denúncia, outras mais, sanitários dos funcionários também ocupados pelos internos, expondo-nos a doenças contagiosas, dizem aqui os assinantes desta carta-denúncia.

Então, entendemos que o caminho, realmente, deva ser tomado pela Secretaria da Saúde, para que se chegue a uma conclusão viável. O caminho para a solução do problema de saúde que afeta a nossa população, deve ser posicionado também, através de um amplo debate, e por isso, levantamos o problema desta carta-denúncia, nesta Assembléia. Esse debate deve visar uma reorientação do sistema de saúde em direção ao atendimento que o povo brasileiro necessita.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados; Srs. Secretários de Estado; meus prezados amigos de Céu Azul e Vera Cruz.

Na semana passada, usamos desta tribuna para falar em nome do Deputado Egon Pudell, que se encontrava com problemas de saúde, com referência à emancipação do distrito progressista de Vera Cruz do Oeste, Município de Céu Azul.

E todas as palavras que nós aqui pronunciávamos, para dar uma garantia de que a esperança do seu povo é pela emancipação política, social e econômica de Vera Cruz, comparece hoje, em nosso plenário, superlotando a tribuna de honra do nosso lado e grande parte da tribuna de honra do outro lado; isto significa que as lideranças políticas de Céu Azul e de Vera Cruz estão unidas e coesas pela emancipação do seu distrito.

E nós relatávamos da sua população do seu potencial econômico e do seu potencial de infraestrutura já localizado no distrito, que hoje significa mais um grande passo para a economia e desenvolvimento do Oeste paranaense.

E nós estamos aqui para apelar e solicitar, de que o requerimento aprovado por este Legislativo, para que se tirassem de pauta todos os projetos de emancipação política de distritos, fosse para uma comissão especial a ser criada; e a nossa reivindicação não é outra senão de que as Lideranças da ARENA e do MDB se unam, urgentemente, para ser criada essa comissão o mais rápido possível, dando direito assim, de nosso plenário e todos os Deputados, que compromissos já têm para ajudar a emancipação do Distrito de Vera Cruz, debatermos e aprovarmos, neste plenário, o projeto de autoria do eminente Deputado Egon Pudell, que até mesmo já levava à presença do Governador Ney Braga o compromisso já firmado entre o Governador e as lideranças, uma comissão composta por Vera Cruz e Céu Azul, e o Governador dava a garantia absoluta de que irá sancionar o projeto, dando direito à criação de Vera Cruz para Município do Oeste do Paraná.

E nós poderíamos até, neste momento, estar contra a emancipação de Vera Cruz, se não conhecêssemos o seu potencial e se até mesmo as Lideranças do Município de Céu Azul que tem Vera Cruz como seu distrito, estivesse contra. Mas aqui é mista, composta por ambas as localidades, esta Comissão Especial que dá direito à emancipação e o próprio Céu Azul pede e reivindica a esta Assembléia Legislativa a emancipação do seu distrito, o maior e mais progressista da minha região do oeste paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha posição é apenas para dar apoio ao projeto de Egon Pudell e dar garantia à população de Vera Cruz e de Céu Azul, que a sua reivindicação por certo será aprovada por esta Casa de Leis, quando ambas as bancadas, ARENA e MDB, estão realmente conscientes da necessidade de sua emancipação, e da reivindicação do seu povo que, embasado na verdade e com o cunho de todos os dados dentro de uma veracidade dá direito, através da população, do seu número de eleitores e do potencial sócio-econômico de Vera Cruz.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Por indicação, sobremaneira honrosa, de Vossa Excelência, Sr. Presidente, na qualidade de Deputado e de Médico, tivemos o grato prazer de representar esta Casa, dia 22 último, na sessão inaugural de posse dos Acadêmicos - Honorários e Fundadores - da Academia Paranaense de Medicina.

Inspirados sobretudo no milenar juramento hipocrático, esses renomados médicos paranaenses haverão de continuar honrando, orgulhando e cada vez mais projetando o nosso Estado, através das ciências e Letras Médicas.

Profissão das mais antigas e das mais dignificantes quando exercida, como o é pela sua imensa maioria, dentro daqueles

postulados éticos de Hipócrates, está sempre a exigir de seus integrantes uma conduta moral exemplar, um comportamento disciplinado, auto-controle emocional e posicionamento rígido na busca incessante das verdades científicas, através da pesquisa, da experimentação, da observação e do raciocínio indutivo e dedutivo, que são as perenes fontes de notável saber.

Esses eminentes médicos do Paraná, componentes com muitos méritos da Academia Paranaense de Medicina, professores ilustres e profissionais consagrados e respeitados pela nossa comunidade estadual, estão permanentemente preocupados e orientados no sentido de vencer os desafios e conquistar uma dimensão mais ampla para as ciências médicas, para a literatura e a história da medicina, que em última instância, objetivam a saúde integral do homem, não somente com a ausência de doença, mas com seu bem-estar físico, mental e social, como sabiamente preconiza a Organização Mundial de Saúde.

Efetivamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se observarmos atentamente os nomes dos médicos que compõem a Academia Paranaense de Medicina, constatar-se-á tratarem-se de figuras exponenciais dessa Ciência e dessa Arte, tanto os patronos já falecidos, quando os membros honorários e Titulares Fundadores, que relacionados, passo a ler:

Os membros são: Homero de Melo Braga, Alô Guimarães, Álvaro Pinto, Astinphilo de Loyola, Augusto Cole, Carlos Cunha Heller, Carlos Moreira, Celso Ferreira, Egon Kriger, Emílio Leão de Mattos, Francisco Cláudio Prince Cunha, Francisco de Paulo Soares, Heitor Borges de Macedo, Irineu Antunes, João Ernani Bettega, João Vieira de Alencar, João Xavier Viana, Lysandro Santos Lima, Mário Braga de Abreu, Roaldo Koehler, Rosala Garzuze, Rubens Lacerda Mana e Victor Ferreira do Amaral Filho.

As 50 cadeiras e 50 respectivos titulares são:

- 01 - Alfredo de Assis Gonçalves - titular: Hamilton Lacerda Suplyci;
- 02 - Aluizio França - titular: Ledo de Lafayette Martins Maciel;
- 03 - Álvaro Cerqueira Lima, titular: Pedro Emílio de Cerqueira L. Neto;
- 04 - Anchises Marques de Faria - titular: Afonso Coelho;
- 05 - Antenor Phamphilo dos Santos - titular: Jayme Drumond
- 06 - Aramis Tabprda de Athayde - titular: Atlântido Borba Cortes;
- 07 - Arthur Serwab - titular: Oscar Aosengart;
- 08 - Brasília Vicente de Castro - titular: Plínio de Mattos Pessoa;
- 09 - Dante Romano - titular: Zacarias Alves de Souza Filho;
- 10 - Dirceu de Conti - titular: Paulo Franco de Oliveira;
- 11 - Eduardo Santos Lima - titular: Eduardo Correa Lima;
- 12 - Eduardo Virmond de Lima - titular: Felix do Rego Almeida;
- 13 - Eugênio da Silva Lopes - titular: Reginaldo Werneck Lopes;
- 15 - Eurico Branco Ribeiro - titular: Giocondo Villanova Artigas;
- 16 - Eurípedes Garces do Nascimento - titular: João Gualberto de Sá Scheffer;
- 17 - Francisco Burzio - titular: Sérgio Brenner;
- 18 - Francisco Franco - titular: Adir Soares Mulinart;
- 19 - Gláucio Bandeira - titular: Hélio Brandão;
- 20 - Haroldo Beltrão - titular: Luiz Fernando Beltrão;
- 21 - Heraldo de Oliveira Mello - titular: Orlando de Oliveira Mello;
- 22 - João Bley Zornig - titular: Ruy Noronha Miranda;
- 23 - João Cândido Ferreira - titular: João Cândido Ferreira da Cunha Pereira.
- 24 - João Evangelista Espínola - titular: Egas Penteado Izique
- 25 - Joaquim de Mattos Barreto - titular: Ary de Christian
- 26 - Joaquim Ponto Rabelo - titular: Heinz Rucker

- 27 - Jorge Mayer Filho - titular: Daniel Egg
- 28 - José Loureiro Fernandes - titular: João Átila Rocha
- 29 - José Pereira de Macedo - titular: Acir Rachid
- 30 - Júlio Estrella Moreira - titular: Dirceu Rodrigues
- 31 - Júlio Szminanski - titular: Mirosław Constante Baranski
- 32 - Leocádio Corrêa - titular: Alberto Accioly Veiga
- 33 - Leônidas Ferreira - titular: Francisco de Paula Soares Filho
- 34 - Manoel Pedro dos Santos Lima - titular: Arnaldo Moura
- 35 - Manoel Pereira da Cunha - titular: Gastão Pereira da Cunha
- 36 - Maria Falce de Macedo - titular: Orlando Teodorico de Freitas
- 37 - Mário de Barros - titular: Carlos Franco Ferreira da Costa
- 38 - Miguel Izackson - titular: Domício Pereira da Costa
- 39 - Milton Ericksen Carneiro - titular: Lauro Grein Filho
- 40 - Milton Macedo Munhoz - titular: Amaury Luciano Munhoz da Rocha
- 41 - Murilo Ferreira - titular: Leônidas Mocelim
- 42 - Napoleão Lyrio Teixeira - titular: José Alvarenga Moreira
- 43 - Nilo Cairo - titular: Ruy Leal
- 44 - Octávio Azevedo da Silveira - titular: Afonso Antoniuck
- 45 - Petit Carneiro - titular: Sanito Rocha
- 46 - Paul Carneiro - titular: Israel Cat
- 47 - Reinaldo Machado - titular: Manoel Stenghel Cavalcanti
- 48 - Simão Kossoburski - titular: Iseu do Santo Elias Affonso da Costa
- 49 - TRajano Reis - titular: Hélio Germiniani
- 50 - Victor Ferreira do Amaral - titular: Laerte Justino de Oliveira.

Por esta razão, Sr. Presidente, já foi lida a súmula de um requerimento que encaminhei à Mesa e que no seu inteiro teor está assim escrito. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de regozijo à Academia Paranaense de Medicina e transcrição nos Anais desta Casa, dos nomes que compõem, conforme relação anexa, a sua primeira Diretoria, Membros Honorários, Patronos e Titulares Fundadores e que se dê, uma vez aprovado, conhecimento a essa entidade da decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

A academia Paranaense de Medicina, instalada solemente em cerimônia realizada dia 22 de junho de 1979, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, pretende, dentre tantos objetivos dignificantes relacionados à sua área de atuação, desenvolver estudos, debates e divulgação, a nível científico, dos grandes temas da medicina, da sua literatura e da sua história"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Há pouco mais de noventa dias, para a satisfação da esmagadora maioria dos paranaenses, deixou o Governo do Estado o Sr. Jayme Canet Júnior, banqueiro, empresário, cafeicultor, pecuarista e aprendiz de político que, durante quatro anos, exerceu a chefia do Poder Executivo com autoritarismo e insensatez.

Ao Poder ele chegou por indicação de outros mais poderosos, que exerciam forte influência no Governo Central, passando a premiar sócios, amigos, e até mesmo algumas pessoas ilustres e competentes para comporem a primeira linha da administração estadual.

Pouco tempo decorreu para que toda população do nosso querido Estado do Paraná conhecesse a verdadeira face do novo mandatário que, de imediato, passou a desencadear uma terrível campanha contra os seus opositores, não poupando nem correligionários políticos que ousaram divergir da sua nomeação.

É por todos conhecida a perseguição que o ex-Governador Jayme Canet Júnior desencadeou contra o Dr. Paulo Cruz Pimentel, e contra os jornais e emissoras de rádio e televisão que se encontravam sob sua orientação, aos quais se dirigiu um dos maiores boicotes econômicos de que se tem conhecimento no País.

Mas, ultrapassado o nefasto período da gestão Canet Júnior, ficam a cada dia mais evidentes os erros, desacertos, omissões, maus exemplos e escândalos da sua administração, tão fartamente divulgados pela imprensa local e nacional.

Como representante do povo e como paranaense que ama a sua terra, gostaria que as tristemente famosas estradas "casca de ovo", fossem rodovias construídas com asfalto de boa qualidade; que os menores carentes e abandonados não tivessem ficado sem assistência; que não fosse necessário importar "bezerros de ouro", de avião do Canadá, para favorecer apenas a alguns privilegiado; que os professores não tivessem sido tão desconsiderados e que lhes fosse dada uma remuneração condigna e compatível com os relevantes serviços que eles vêm prestando ao Paraná; que todos os grandes tomadores de empréstimos do Banco do Estado do Paraná e do Banco de Desenvolvimento do Paraná, constituídos com o dinheiro público, tivessem quitado os seus débitos; que os advogados da Procuradoria Geral não precisassem demandar contra o Estado; que as tarifas dos serviços públicos essenciais não fossem tão escorchantes; que os alunos pudessem freqüentar as escolas e receber os conhecimentos básicos indispensáveis; que as obras públicas fossem melhor planejadas; que as viagens de turismo não se realizassem por conta do erário estadual; que não se esquecesse do trabalhador, notadamente dos 800.000 "bóias-frias" que vivem como párias e marginais da sociedade; que não se tributasse tanto ao pequeno contribuinte, que tudo paga e se fiscalizasse mais aos magnatas que sonham o quanto podem; que se amparasse os idosos e os necessitados, facilitando-se o atendimento médico aos que precisassem dele; que as firmas empreiteiras somente recebessem o que lhes fosse devido; que a população não se sentisse tão insegura, em face do alto índice de criminalidade que autoriza o Paraná; que o desenvolvimento industrial do Estado não fosse controlado pelas multinacionais que estão sugando a riqueza nacional; que não se gastasse tanto na decoração dos gabinetes palacianos e que tantas vidas preciosas não tivessem sido ceifadas por um "trânsito louco".

Não podemos detalhar, nesta oportunidade, todos os erros do Governo Jayme Canet Júnior, nem divulgar o total da dívida, interna e externa, contraída no seu período governamental, por ser esta um segredo apenas conhecido por uns poucos, mesmo porque o que nos faz vir até esta tribuna, para debater com Vossas Excelências, é o deplorável estado em que se encontra o Departamento Estadual de Trânsito, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública e que, a cada dia, vem sendo atacado pela imprensa nacional, denunciado pelas autoridades judiciárias e pelo Ministério Público, em face das descobertas de grandes focos de corrupção que imperavam no setor.

Quadrilhas de falsificadores de documentos públicos dominavam áreas importantes do DETRAN, controlavam auto-escolas, influíam em nomeações de despachantes e assim, arrecadavam, criminosamente, verdadeiras fortunas.

Existem tantos envolvidos que se torna difícil escolher aqueles que irão apurar, administrativamente, os ilícitos já constatados.

Agora já não mais se trata de demonstrar que a maioria de multas são aplicadas sem critério, punitivamente, e com o propósito de aumentar a arrecadação do FUNRESTRAN; que o policiamento ostensivo só é visto nas ruas centrais da cidade e nas imediações de uns poucos estabelecimentos escolares, geralmente freqüentados por filhos de pessoas abastadas; que laudos de acidentes de trânsito são dolosamente alterados para beneficiar partes envolvidas; que existe a "indústria do psicotécnico"; que os despachantes vinculados ao esquema dominante têm tratamento preferencial na tramitação dos expedientes do seu interesse, com evidente prejuízo para as partes; que o sistema de controle central por computadores resultou em um grande fracasso, em que pese o altíssimo custo do sistema e da sua manutenção; que as cidades do interior, notadamente Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Paranaguá, Umuarama, Paranaíba, Apucarana, Cornélio Procopio, Nova Esperança, Goioerê, Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu muito pouco têm recebido do DETRAN, para minorar os seus mais graves problemas de trânsito; que o quadro de funcionários do órgão é arcaico e não corresponde às necessidades mínimas do Estado e que, em nenhum momento da sua existência, o DETRAN esteve tão desacreditado, tão desmoralizado e sob tão forte suspeição como agora.

A bem da verdade, desejo salientar que não estou atribuindo responsabilidade ao atual Secretário da Segurança Pública, Cel. Haroldo Ferreira Dias, que vem fazendo o possível para minorar os graves problemas encontrados na Pasta.

Culpa cabe, evidentemente, ao seu antecessor e à equipe por ele formada, que permitiram que se implantasse a desorganização, o caos e a corrupção no Departamento Estadual de Trânsito, quando o povo esperava o contrário.

Desse modo, não nos supreende, mas nos entristece, as notícias que eram falsificadas, às centenas, as carteiras de motoristas, as guias de recolhimento da Taxa Rodoviária Única, os exames psicotécnicos, boletins de acidentes e outros documentos importantes, com o objetivo de propiciar o "enriquecimento ilícito" de alguns.

Por isso, preocupado, como Vossas Excelências, com a gravidade e a brutalidade cada vez maior dos delitos de trânsito, que têm roubado milhares de preciosas vidas e causado a destruição de precioso patrimônio, público e particular; com a necessidade de se restaurar a moralidade administrativa no DETRAN, comprometida pela omissão do Governo anterior; com a marcha das investigações em andamento, desde que a punição deve alcançar todos os infratores delinquentes; com a falta de esclarecimentos que está sendo prestada ao público e com a possibilidade de que fatos graves possam não ser investigados, em razão, principalmente, da precária situação funcional do órgão, faço o seguinte apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública:

1) - Que seja realizada, em caráter permanente, campanha educativa de trânsito, cobrindo todo o Estado do Paraná, a fim de que seja possível a redução de alarmantes índices de acidentes registrados;

2) - Que seja revisada a situação funcional dos servidores públicos lotados no DETRAN;

3) - Que seja proibida a imposição de multa punitiva-arrecadadora, ou seja a multa que tem por finalidade primeira a arrecadação de recursos para o FUNRESTRAN;

4) - Que o policiamento ostensivo de trânsito seja também deslocado para os locais onde a providência se faz necessária, principalmente para onde são registrados reiterados acidentes;

5) - Que sejam designados funcionários da alta hierarquia da Secretaria da Segurança Pública para integrarem as Comissões de Processo Administrativo a serem instauradas para apurar a corrupção que a imprensa local e nacional vem denunciando no DETRAN;

6) - Que sejam apontados os nomes de todos os funcionários, despachantes e demais pessoas envolvidas nos processos de corrupção e falsificação de documentos públicos, oportunamente;

7) - Que os usuários sejam informados sobre as atuais condições de funcionamento, manutenção, confiabilidade do sistema e custo do C.T.A.;

8) - Que sejam sumariamente afastados os funcionários indiciados em processo de corrupção;

9) - Que seja revisto o método de expedição de carteira de motorista;

10) - Que ao se proceder a nomeação do Chefe da CIRETRAN, seja levada em conta mais a capacidade funcional do funcionário, do que o seu apadrinhamento político".

Encerro, com o encaminhamento de um requerimento em que faço um apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública.

Solicito que o mesmo, que se encontra sobre a mesa, seja discutido e votado.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ano passado, a SUREHMA, no seu relatório sobre o problema de envenenamento no Estado do Paraná, exatamente mostrando principalmente o perigo, através da pulverização feita por aviões, nos dá um número, no Estado do Paraná, realmente desolador. Onde 2.500 acidentes, sendo mais de duas dezenas deles fatais, comprovadamente pessoas que morreram intoxicadas por envenenamento.

E os jornais estão trazendo ao conhecimento público; não somente os jornais, como a própria televisão e o rádio, o que está acontecendo hoje no Município de Palotina e municípios vizinhos. Onde, num verdadeiro desafio à própria autoridade constituída, empresas gananciosas, cuja única finalidade é aumentar cada vez mais o seu lucro e vender ainda mais o produto venenoso, estão hoje pulverizando não somente os trigais para combater a praga do trigo; mas principalmente atingindo o homem e seus familiares e animais domésticos.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por falta de tempo para debater melhor o assunto e trazer melhores esclarecimentos a esta Casa, apresento um requerimento no seguinte teor. (Lê):

"Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Antônio Delfim Neto, Ney Aminthas de Barros Braga, Reinhold Stephanes, Roulien Basaglia, respectivamente, Ministro da Agricultura, Governador do Estado do Paraná, Secretário da Agricultura e Delegado Federal da Agricultura em nosso Estado, reivindicando a interdição do campo de aviação de PALOTINA no que diz respeito aos vãos agrícolas, objetivando preservar a saúde e a vida dos trabalhadores rurais, de suas famílias e das criações.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, repudiando a atitude da aviação agrícola, no que tange à aplicação de inseticidas e fungicidas, de forma indiscriminada e criminoso, sobre a região de PALOTINA, TOLEDO e TERRA ROXA, num total desrespeito à propriedade particular e aos direitos humanos, SEJA INTERDITADO O CAMPO DE AVIAÇÃO DE PALOTINA, NO QUE DIZ RESPEITO AOS VÃOS AGRÍCOLAS, objetivando preservar a saúde e a vida dos trabalhadores rurais, de suas famílias e das criações.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979".

Na justificativa que apresentamos, trazemos um documento elaborado na data de 23 de junho, há poucos dias passados, e que vai assinado por mais de 30 membros.

"Documento elaborado pelos Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Microrregião Oeste do Paraná, reunidos em 23 de junho de 1979, em Terra Roxa/Pr:

PROCLAMAÇÃO

Os Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Microrregião Oeste do Paraná, abaixo assinados, reunidos em 23 de junho de 1979, no Pavilhão da Comunidade Católica de Terra Roxa, Estado do Paraná, vem de público repudiar a ação da aviação agrícola quanto à aplicação de inseticidas e fungicidas, nos termos seguintes:

— Que a pulverização aérea vem sendo aplicada indiscriminada e criminosamente sobre a região de Palotina, Toledo e Terra Roxa. E, para tanto, vem sendo usado indevidamente o aeroporto municipal de Palotina, situado a apenas cem metros da Vila Paraíso.

— Em consequência, estão sendo pulverizados moradias, escolas, hortas, pomares e pastagens; tudo em nome do progresso. A esta altura dos acontecimentos, se torna inviável que continuem funcionando as escolas, privando os alunos de freqüentarem as aulas, tão necessárias ao desenvolvimento intelectual dos jovens.

— Para efetivação das aplicações de inseticidas e fungicidas por via aérea não são medidas as consequências dos seus atos irresponsáveis, desacatando de todos o direito da propriedade privada.

— Viemos de público, dar o apoio integral ao Sr. Aloisio Valerius, Prefeito Municipal de Palotina e atual Presidente da AMOP, que vem lutando fervorosamente para combater tais aplicações irresponsáveis, até sendo criticado por pessoas egoístas e gananciosas, justificando-se da opinião pública em programas de rádio, querendo tapar o sol com peneira. Com isto, estão praticando flagrante desrespeito à autoridade constituída, e querendo desmentir as provas concretas apresentadas por professoras, pais e mães de família.

— Também deixamos uma advertência para que não sejamos taxados de agitadores, pois de nada vale a oração sem ação.

— Assim, reivindicamos a interdição do campo de aviação de Palotina, no tocante à aviação agrícola, para preservar as vidas humanas dos trabalhadores rurais, suas famílias e seus animais.

— Caso não haja compreensão por parte dos responsáveis, teremos que tomar medidas mais drásticas.

— Solicitamos ao Presidente da AMOP, Senhor Aluisio Valerius, Prefeito de Palotina, que convoque uma reunião daquela Associação para que, em conjunto, tenhamos o respaldo perante as Leis municipais, estaduais e federais.

Por sermos representantes da classe rurícola, estamos dispostos a levar às últimas consequências, para que seja respeitada a propriedade privada e os direitos humanos, que devem estar acima dos interesses financeiros de grupos econômicos que, através disso, tentam se tornar donos da situação, fazendo com que, a cada dia, aumente o êxodo rural em nossa região.

— Certos de contarmos com a compreensão das autoridades constituídas, antecipamos nossos sinceros agradecimentos.

Terra Roxa, em 23 de junho de 1979.

— Seguem-se nove (09) assinaturas inelegíveis.

Os participantes da reunião do dia 23 de junho de 1979, realizada no Pavilhão Social da Comunidade Católica de Terra Roxa, que assinam solidários à conclamação dirigida ao povo da Micro Região do Oeste do Paraná.

— Inelegíveis as vinte e seis (26) assinaturas dos participantes da reunião.

Sr. Presidente, assinam este documento os Presidentes dos Sindicatos de Corbélia, Cascavel, Guaíra, Nova Aurora,

Toledo, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Medianeira, Santa Rosa, Assis Chateaubriand, Céu Azul, Capitão Leônidas Marques, Formosa do Oeste, Terra Roxa e Palotina.

Realmente, Sr. Presidente, a situação como é do conhecimento dos Srs. Deputados, é calamitosa, e nós esperamos que as autoridades tomem medidas efetivas para combater o que se passa no momento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Leônidas Chaves, inscrito.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Há cerca de 60 dias, o Paraná recebeu, pela primeira vez, a visita do atual Ministro dos Transportes, engenheiro Eliseu Resende, cuja estada entre nós coincidiu com nosso primeiro pronunciamento nesta Casa, ocasião em que abordamos a momentosa questão da construção da chamada Ferrovia da Soja, cujo projeto prevê, em sua etapa inicial, a ligação entre Guarapuava e Cascavel.

Naquela oportunidade, o Titular dos Transportes acabava de receber do Governo do Paraná uma circunstanciada exposição sobre a necessidade inadiável de se proceder a construção de um Corredor de Exportação, constituído pela ligação ferroviária Mato Grosso do Sul - Paraná, de forma a propiciar o escoamento das volumosas produções de ambos os Estados até o terminal portuário de Paranaguá.

De posse desse documento e com base nos estudos que seu Ministério vinha procedendo, o Ministro Eliseu Resende pode anunciar, em Curitiba, que esse projeto fazia parte do programa prioritário do Governo do Presidente João Baptista Figueiredo, mas que, em virtude das medidas de contenção para deter o processo inflacionário, as obras seriam atacadas preferencialmente no trecho Guarapuava - Cascavel, com a instalação nesta última cidade do Oeste do Estado, de um grande entreposto para a captação da produção de todo o Extremo Oeste e de Mato Grosso do Sul, destinada ao escoamento pelo nosso principal terminal marítimo.

Isso significa dizer que, passados cerca de trinta anos, afinal vai ser retomado o prosseguimento das obras da estrada de ferro para o interior do Estado, durante todo esse tempo interrompidas na cidade de Guarapuava.

Ressalte esse fato com o compreensível júbilo de alguém que, como eu, desde criança - conforme aqui anteriormente frisei - conhece a expectativa do povo guarapuavano em torno do prosseguimento dessa ferrovia, tantas vezes anunciada e sempre adiada, em benefício de programas rodoviários, que embora igualmente importantes, jamais poderiam e deveriam ser realizados em detrimento dos transportes ferroviários.

Tão somente por isso, nos é grato repetir as palavras do próprio Ministro Eliseu Resende quando, durante sua visita ao Paraná, afirmou: "Que me perdoem os rodoviaristas - e espero que não fiquem zangados - mas será dada maior prioridade às ferrovias".

Nessa observação não vai uma preterição do rodoviarismo. Não se trata, na verdade, de colocar uma concepção viária contra outra. O que se deseja é colocar os intransportes ferroviários no seu exato lugar, em nome de uma real integração das diversas modalidades recomendadas pela diversidade dos meios de comunicação, capazes de responder às complexas necessidades do País. É sabido que nos países mais desenvolvidos a ferrovia é a base do sistema viário, com o apoio de ligações rodoviárias, fluviais, marítimas e aéreas para uma efetiva integração das comunicações e transportes.

No caso particular da Ferrovia da Soja, o estudo submetido ao Governo Federal evidencia que os custos com combustíveis para a operação da ferrovia são cinco vezes menores que aqueles necessários à operação por rodovias, a demonstrar que o diferencial entre os custos totais de transportes

entre as duas modalidades é nitidamente favorável à ferrovia. Insistimos nesses pormenores para que a opinião pública se associe conscientemente nesse projeto ferroviário, a fim de que ele não volte a sofrer novos adiamentos e postergações, como ocorreu nas últimas décadas, por desinformação e alheamento do problema.

À guisa de informação, podemos adiantar que o trecho Guarapuava-Cascavel da Ferrovia da Soja está seguramente estudado, com base nos necessários dados técnicos para sua imediata execução. Trata-se de um trecho de 242 km de extensão, com raio mínimo de 655 metros, rampa máxima no sentido (exportador de 1,30 por cento, o mesmo se verificando no sentido da importação, e projeto técnico já concluído. Essa diretriz Guarapuava-Cascavel foi apontada como a melhor das três alternativas examinadas para o futuro prolongamento dos trilhos da ferrovia no sentido de Mato Grosso do Sul através de Guaíra-Dourados-Miranda, no novo Estado vizinho.

Em outubro de 1976, como decorrência do Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (CODECO) e a Empresa Brasileira de Planejamento de transportes (GEIPOT), a segunda publicou o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da ligação de Corumbá e Sul de Mato Grosso à malha ferroviária do Paraná ou São Paulo. Das alternativas levantadas, revelou-se plenamente favorável a ligação citada entre Cascavel e Guarapuava, já que os custos totais de transporte suplantaram as demais em 16,20% e 30,56%, respectivamente.

Anteriormente, em março de 1973, o Consórcio SERETE/SPL fazia entrega ao extinto Departamento Nacional de Estradas de Ferro do Estudo do Sistema Ferroviário nos Estados do Paraná e Santa Catarina, apontado de maneira indiscutível a viabilidade de implantação dos trechos Cascavel-Guarapuava, Guarapuava-Eng. Gutierrez e Eng. Gutierrez-Eng. Bley, trechos esses que configurariam um corredor de exportação paranaense, responsável pela exportação pelo Porto de Paranaguá. A verificação da viabilidade de implantação desses segmentos — conforme salienta a exposição do Governo do Estado ao Ministro Eliseu Resende — agregada às ações já postas em prática pela Rede Ferroviária Federal, no sentido de concluir as obras do trecho Eng. Bley — Pinhais e o projeto do novo trecho Pinhais-Paranaguá, conduziram aquele órgão a providenciar os projetos dos trechos entre Cascavel-Guarapuava-Eng. Bley, o que foi feito por volta dos anos de 1975 e 1976.

Na execução desses estudos não se desprezou a confrontação dos trechos ferroviários com trechos rodoviários, tendo em vista a evolução dos preços do petróleo, tornando ainda mais viável e recomendável a imediata execução do projeto. A vocação agrícola de ambos os Estados e, muito especialmente, do Paraná, ressalta sua grande contribuição à economia regional e nacional na área de influência desse corredor ferroviário. Segundo previsões para 1979, a produção agrícola do território paranaense na zona de influência dessa ferrovia é de 9,1 milhões de toneladas e nada menos que 11,4 milhões de toneladas em 1985.

Além disso, não se pode desprezar que mesmo sem a imediata construção do trecho ferroviário até Mato Grosso do Sul, a produção desse Estado já vem congestionando as rodovias paranaenses, na procura de uma saída pelo Porto de Paranaguá. O ingresso por Guaíra, joga as produções no corredor da BR-277 e 373, as quais hoje possuem segmentos com transporte médio superior a 7.000 veículos por dia, que passará a 12.000 veículos/dia em 1985. Uma outra estrada no Paraná onde ocorrem grandes massas de transporte pelas rodovias BR-277 e 373 é pelo trecho Foz do Iguaçu-Cascavel, através do qual a soja do Paraguai alcança a exportação por Paranaguá, estando previsto para 1979 um ingresso de 500 mil toneladas desse produto.

Vale lembrar, por outro lado, que o estudo do GEIPOT

para o trecho Guarapuava-Cascavel e desse ponto em direção ao Porto de Paranaguá, com novos segmentos de retificação e melhorias recomendadas, previa sua abertura para anos anteriores a 1977. Isso equivale a dizer que a construção desse corredor ferroviário já está atrasado, configurando-se, portanto, como empreendimento imediato, uma vez que a demanda de crescimento, verificada de maneira exponencial, está flagrantemente a contrastar com o retardo dos investimentos. Daí porque, o Governo do Paraná, na exposição a que aludimos, recomenda a alta conveniência de que se dê início ainda neste exercício aos trabalhos de execução da obra.

O Paraná já dispõe de uma estrutura de transformação de produtos agrícolas ao longo do corredor ferroviário, notadamente em Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa, Araucária e Curitiba, bem como de uma infra-estrutura em armazenagem em condições verdadeiramente privilegiadas, comparativamente à outras unidades da federação, visto que somente nessa área de influência ficou constatada, em dezembro de 1978, uma capacidade armazenadora instalada de 6,4 milhões de toneladas, incluindo sacaria e granel. Com base nas previsões para as safras de 1979, que totalizarão 9,1 milhões de toneladas, é fácil concluir que a área tem capacidade de armazenamento da ordem de setenta por cento, estando o PRONAZEM e o PROPAZEM com condições de ampliar essa capacidade e corrigir suas distorções à nível de microrregiões.

Quanto a recursos energéticos para a futura eletrificação da ferrovia não é preciso maiores considerações, à vista dos grandes empreendimentos que se realizam na área em termos de nas usinas hidrelétricas, do mais amplo conhecimento.

Eis aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um quadro atualizado dos fatores que recomendam a execução imediata da Ferrovia da Soja, assunto para o qual temos voltadas as nossas atenções, como uma grande bandeira a desfraldar na defesa dos superiores interesses do Paraná, e da região Oeste em particular, para que possamos continuar e daí a nossa contribuição à economia nacional. Aqui estaremos, sempre, erguendo nossa voz, talvez modesta, mas sincera, para a concretização desse projeto da mais alta essencialidade, uma obra que por si mesmo já justificaria o exercício de todo um mandato parlamentar vigilante para vê-lo plenamente realizado.

A todos, muito obrigado."

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Gostaria, nesta oportunidade, de cumprimentar Vossa Excelência pela importância do assunto que Vossa Excelência traz a esta Casa na tarde de hoje.

Realmente uma das maiores aspirações do povo paranaense, não somente do Oeste do Paraná, mas de todo o Paraná, sem dúvida nenhuma, é a Rodovia da Soja, rodovia esta que em termos econômicos para o Estado do Paraná, significa um barateamento no transporte e economia de combustível e uma série de outros fatores que por si só dizem da necessidade urgente da ferrovia mencionada por Vossa Excelência. Realmente, não somente o fator de economia que representa esta ferrovia para o Estado do Paraná, mas principalmente pela facilidade com que ela vai trazer o escoamento da produção agrícola, principalmente no Oeste do Paraná. Temos certeza que, como disse Vossa Excelência, se neste mandato, que estamos exercendo atualmente, sairmos daqui com esta ferrovia senão totalmente concluída mas pelo menos em fase de conclusão, significará, com muita justiça, todo o trabalho, não somente de Vossa Excelência, como dos demais Deputados que têm lutado, mas toda esta Casa que evidentemente se alegrará e justificará, por si só, os mandatos dos Deputados que vieram e aqui lutaram por esta rodovia.

Congratulo-me com Vossa Excelência por este assunto, por trazer nesta oportunidade que é, realmente, a grande aspiração do povo do Paraná e, sem dúvida nenhuma, a ferrovia quer queiram

quer opiniões contrárias de alguns, mas é o grande caminho para o escoamento barato da produção do Paraná.

Parabéns a Vossa Excelência e muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Deputado Leônidas Chaves.

Nós que servimos à comunidade do Oeste do Paraná, nesta Casa, já pela segunda Legislatura, temos trafegado nesse trecho que demanda do Porto de Paranaguá, Capital ao Oeste do Paraná e toda área de abrangência do eixo do Oeste do Paraná, o volume de riquezas produzido por aquele povo, o carregamento de divisas que têm trazido, não só para os cofres estaduais mas, que tem dimensionado, inclusive, a potencialidade agrícola do Paraná, a nível federal e, principalmente, a nível de exportação, tem trazido, no dia a dia, o consenso e a determinação da imperatividade de se construir, de uma vez por todas essa ferrovia, a chamada Ferrovia do Oeste, Ferrovia do Soja, Ferrovia da Integração e que temos chamado, deliberadamente, de Ferrovia do Soja; já que na Legislatura passada, buscávamos no consenso de três Estados do Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul numa Comissão Interparlamentar em que este Deputado, modestamente, representou junto com outros, os Deputados do Estado do Paraná e, que constava, inclusive, no II Plano Nacional do Desenvolvimento, como matéria prioritária a ser tratada pelo Governo Federal, já com verba destinada em orçamento, em orçamento plurianuais. Passaram-se alguns anos e nós estamos, agora, na dificuldade incontrolável do problema energético pelo uso dos derivados do petróleo, exacerbando e encarecendo, profundamente, os produtos de nossa riqueza que são, basicamente, os produtos agrícolas e isto tem trazido para as autoridades, nos últimos anos, uma consequência e uma determinação baseada na racionalidade que nós já gritávamos há muito tempo e a comunidade do Oeste do Paraná bradava a todos os brados, para que se implantasse, de vez por todas, a Ferrovia do Soja. E não só a Ferrovia do Soja, a Ferrovia Central do Paraná. Agora, Sr. Deputado, Vossa Excelência também, encarnando o pensamento já antigo daquela comunidade do Oeste do Paraná, para objetivar ainda mais o equacionamento dessas riquezas, vem agora, a trazer, pela palavra do Ministro, como bem Vossa Excelência o fez, dizendo que se torna hoje e é, já, uma prioridade do Governo. O que nós temos a dizer, Sr. Deputado, primeiro, é congratularmo-nos com o pronunciamento de Vossa Excelência enfatizando, reclamando, reivindicando, pedindo, instando o Governo a implantar logo essa ferrovia. Mas que implantem fisicamente, não só nos programas e nos orçamentos, não só nas metas administrativas, mas que se implante de uma vez por todas, fisicamente, a construção da ferrovia do Oeste do Paraná, porque até como motivo imperioso do problema energético nacional e há uma extrema necessidade para o equacionamento de divisas não só do Estado do Paraná mas, também, Sr. Deputado, para o carregamento das riquezas produzidas por brasileiros que estão embrenhados em outros territórios, como é o território paraguaio, para que haja uma integração a nível de todos os tipos e sistemas de transportes, dos três Estados-Nações do Sul deste continente, que é o Brasil, Paraguai e Argentina. E lá, o carenciamento de transporte, também para o conduzimento dessas riquezas aos portos marítimos se faz necessário e, até é um problema de segurança nacional, de necessidade, de alternativa nacional. E é por essa razão, Deputado, que enfatizando mais uma vez o nosso pensamento, a nossa representação calcada nesta mesma legitimidade de Vossa Excelência, que eu me congratulo e estou de pleno acordo em que, não só as autoridades, mas todos nós tenhamos consciência para cobrarmos das autoridades par e passo, a implantação desta ferrovia.

Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Deputado Lázaro Dumont,

primeiro eu queria agradecer a sua intervenção e entendo porque Vossa Excelência me solicitou o aparte. Vossa Excelência é um homem ligado à agricultura, não só à agricultura do nosso Estado como à agricultura da Nação brasileira.

E naturalmente, tem sentido reivindicações e solicitações neste sentido. Quero congratular-me também com o Deputado Fidelcino Tolentino, meu velho amigo dos bancos escolares da Universidade Federal do Paraná e quero pedir também ao nobre Deputado que, em nome de Sua Excelência o Governador Ney Braga, desse homem que tem procurado trabalhar pelo nosso Estado, que leve a notícia aos nossos amigos de Cascavel de que essa ferrovia é uma solicitação prioritária do Governador Ney Braga ao Governo Federal. E já recebemos o sinal verde. O nosso Estado está de parabéns, essa ferrovia sairá e Vossa Excelência será o portador, juntamente com os demais Deputados da ARENA que tem esta Casa e que representam a região de Cascavel. Levará Vossa Excelência ao conhecimento dos nossos companheiros daquela região que essa estrada, se Deus quiser, será uma realidade.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Meu ilustre Deputado, apenas para me inserir no pronunciamento de Vossa Excelência, peço permissão ao nobre colega para ler, para vosso conhecimento, de uma correspondência que recebi do Secretário Geral do Ministério dos Transportes, em razão de um requerimento por mim formulado, em data de 07 de março de 1979, fruto de um pronunciamento que fiz abordando o tema que hoje Vossa Excelência levanta.

Diz o seguinte, o ofício: "Por determinação do Sr. Ministro reporto-me ao Ofício 103/79, de 07/03/1979, através do qual essa Assembléia Legislativa solicita seja considerada como obra prioritária a estrada de ferro que ligará as cidades paranaenses de Guarapuava a Foz do Iguaçu. A respeito informo a Vossa Excelência que o trecho ferroviário Guarapuava-Foz do Iguaçu não foi relacionado como rota de prioridades 1, 2 ou 3 pelo Plano de Ação 79-85, elaborado pela Rede Ferroviária Nacional.

Contudo, vale ressaltar que no mesmo plano o sub-trecho Guarapuava-Cascavel foi considerado entre os projetos tipo B, ou seja aqueles que deverão ser executados durante o período a fim de atender a demanda esperada para após 1985.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Assina — Vando Pereira Borges

Secretário Geral."

Por esta correspondência, veja Vossa Excelência que este velho sonho do Paraná, sonho que se transforma numa necessidade intransferível em termos de tempo, por tudo que já se disse e já se fez e se constata no que diz respeito a necessidade de uma estrada de ferro para dar escoamento à produção dessa região, como de outras tantas. Mas, diante desta correspondência, desencoraja um pouco as nossas pretensões e foi por isso que eu pedi o aparte a Vossa Excelência para lhe fazer essa comunicação. E dizer que esta rodovia, muito embora sonhada, não está nos planos prioritários do Governo, muito embora ela já estivesse como obra prioritária no segundo P.N.D. do Governo Geisel.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e coloco este documento à disposição do prezado colega para exame.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Eminentíssimo Deputado Trajano

Bastos, queria responder ao companheiro que até esta oportunidade Vossa Excelência tinha razão. Até este mês, até o mês de março como Vossa Excelência frisou, ou maio, realmente o estudo da Ferrovia da Soja estava ainda um pouco embrionário. Porém, no mês de junho, neste mês que nós estamos nele, o Secretário Nivaldo de Almeida, já recebeu um telegrama do Ministro dos Transportes, Elizeu Rezende, que diz

que a Ferrovia da Soja, por solicitação do Governador Ney Braga, ela será uma das obras prioritárias deste Governo.

Portanto, Vossa Excelência tem razão quando afirma que até março ainda não estava contida num plano prioritário. Hoje eu posso afirmar a Vossa Excelência e tenho em mãos, dados fornecidos pela Secretaria dos Transportes, que me dá condições de responder a Vossa Excelência, dizendo ao Ministro Elizeu Rezende, ao Secretário Nivaldo de Almeida, que esta ferrovia foi colocada em plano prioritário, inclusive, apurado verdadeiramente, a sua quilometragem que é de 1.264 quilômetros de extensão, compreendidos entre Paranaguá e a cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Então, Deputado Trajano, acho que hoje este assunto já está mais quente, é um assunto mais recente. E com este telegrama, que o Ministro Elizeu Rezende passou ao representante do Paraná, está tranqüilo este projeto, e será por insistência do Governador Ney Braga, será considerado, definitivamente, um projeto prioritário no Estado do Paraná.

O Sr. Trajano Bastos — Faço votos, ilustre Deputado, que as afirmativas de Vossa Excelência se traduzam em realidade. Porque a mesma esperança nos animava quando o Governo Geisel anunciou à Nação, o segundo PND. Vamos aguardar, e quero torcer junto com Vossa Excelência e com o povo do Paraná, para que seja atendida esta necessidade do Paraná e do Brasil no setor ferroviário.

Muito obrigado.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Quero que Vossa Excelência me permita para terminar.

Tenho aqui os dados do telegrama.

"De acordo ainda com o telegrama, o Ministério dos Transportes já iniciou os estudos de viabilidade econômica, como também, tratando em caráter urgente, para a execução do projeto da Ferrovia da Soja."

Isso se deve à gestão do Governador Ney Braga, que através de carta proposta, enviada ao Governo Federal, expôs a importância desta obra, não somente em nível local, mas nacional e internacional.

Para significar, via de razão, da grande produção paranaense, bem como, a absorção dos excedentes do Mato Grosso do Sul, Paraná, Argentina, carreando para o terminal marítimo de Paranaguá.

Muito obrigado, eminente Deputado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No horário destinado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, queria agradecer a gentileza do nosso Líder, Deputado Erondy Silvério, bem como, ao Deputado Dácio Leonel, que me concederam dois minutos para ocupar esta tribuna, no horário da ARENA.

Estamos encaminhando à mesa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um projeto de resolução, que autoriza a realização do plebiscito, no Distrito de Vera Cruz, e também no Distrito de Tupássí, hoje pertencente ao Município de Assis Chateaubriand.

Quero também, aproveitar o ensejo para agradecer as palavras do nobre Deputado Tércio Albuquerque, que fez referências sobre Vera Cruz do Oeste. E a bem da verdade está aqui a Comissão, liderada pelo seu Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara, Vereadores, e de outras entidades da classe, que vieram até a Capital do Estado, especialmente para uma visita de cordialidade a todos os Deputados de ambos os partidos para pedir e clamar justiça.

Pediria ao nosso Líder, Deputado Erondy Silvério bem como ao Líder do MDB, para que constituíssem esta comissão no menor espaço de tempo possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se esta Comissão Especial, entender a não realização do plebiscito, embora exista a lei

complementar que assim exige, eu tenho certeza que nenhum Deputado, de ambas as bancadas, procurará impor qualquer obstáculo, neste sentido.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Egon Pudell, quero, aproveitando esta oportunidade, rapidamente porque seu tempo é curto, para informar ao ilustre colega que quando pelo início deste movimento pela emancipação política de Vera Cruz, eu era o Presidente desta Casa, e fui procurado por por Vossa Excelência e, naquela oportunidade, assumi o compromisso de ajudar, de colaborar, para que chegassem a uma emancipação tranqüila e pacífica do Distrito de Vera Cruz, com a criação do município.

E hoje eu posso dizer ao ilustre colega, Deputado Egon Pudell, que não só este Deputado, mas que a bancada da ARENA, para que o seu povo, a sua gente, os representantes que estão aqui, que vieram em nome da população de Vera Cruz, voltem tranqüilos porque é pacífica a tramitação do projeto de emancipação do Distrito de Vera Cruz. A ARENA estará ao seu lado para o apoio.

O SR. EGON PUDELL — Agradeço o aparte. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra, no horário reservado à ARENA, ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez o simples fato de termos encaminhado à Mesa um requerimento para ser votado por esta Casa, já não exigisse a nossa presença nesta tribuna para tratar desta matéria. Mas me permitam, Srs. Deputados, que eu me sinto sinceramente machucado, desde que vim tratar, desta tribuna, há algum tempo atrás, precisamente no dia 16 de maio, quando encaminhei um expediente ao Diretor-Presidente da Café do Paraná, abordando o assunto da semente do algodão; e depois que recebi a resposta voltei à tribuna para dizer que estava insatisfeito com a forma com que foi respondido aquele expediente. Prometi, aqui desta tribuna, que haveria de voltar lá. E num curto espaço de tempo desloquei-me de Curitiba e fui aos Municípios de Lupionópolis e de Santo Inácio.

Fui conversar com o cotonicultor, fui mostrar-lhe a resposta que a Café do Paraná me deu. E pasmem, Srs., estou hoje trazendo um novo expediente, agora endereçado ao Sr. Secretário da Agricultura, de quem aqueles homens esperam, ao menos, que possam ser destacados técnicos da Pasta para que vão "in loco", para saber se a semente IAC-17, paulista, realmente produz o mesmo que produz a semente da Café do Paraná.

Porque a grande verdade, aqueles que tomaram conhecimento do nosso requerimento altamente respeitoso, quando num requerimento feito nesta Casa, me dirigi ao Presidente da Café do Paraná, mas dirigi-me através deste Poder; foi este Poder quem se dirigiu, para saber de Sua Excelência informações.

Porque as informações que eu colhi, — eu não planto algodão, — eu não cato algodão, eu posso não entender de algodão, mas eu entendo de povo e se fui na região, se recebi daqueles cotonicultores uma reclamação, entendi que deveria trazer e seguir os caminhos para, pelo menos, tentar ajudar não a eles, mas muito mais, a própria produção de algodão no Paraná. E os Senhores devem estar lembrados, a reclamação que recebi foi apenas uma: com referência a semente do algodão. Naquela região de Lupionópolis, de Cafeára, de Santo Inácio, aqueles que plantam algodão, quando só utilizam da semente de algodão da Café do Paraná, reclamam que esta semente dá um resultado baixo, pouco mais de 250 arrobas e quando vão adquirir a semente IAC-17 Paulista, que é comprada em Presidente Prudente, atinge 400 arrobas e até mais em casos especiais. Mas há um detalhe: é que a semente paulista não pode entrar, porque o Posto de Fiscalização não permite. O que acon-

tece? Aqueles produtores, aqueles cotonicultores, têm ido ao Estado de São Paulo, têm adquirido a semente e tem passado na surdina, às escondidas, para ter produção melhor; mas com isto perdem o direito ao financiamento para aquisição da semente. E qual foi o apelo que fizemos? Apenas que a Café do Paraná informasse da possibilidade ou não, de autorizar a entrada da semente paulista. Ou por que não comercializa aquela mesma semente? Mas queríamos uma resposta justificativa clara. E pudemos colher outras informações: que até os catadores de algodão que trabalham naqueles municípios, preferem ganhar menos por arroba, mas preferem colher o algodão que foi plantado através da semente IAC-17 Paulista, pelas simples mudanças a forma que ela dá, a facilidade que tem, a produção maior, já que ganham por arroba. Então este foi o apelo. Apelo que continuaremos insistindo em fazer, neste requerimento que hoje será apreciado por esta Casa. Fiz questão de aqui apresentar todas estas justificativas, às visitas que fiz, e ainda me permiti mencionar aqui o nome de quase duas dezenas de cotonicultores de Santo Inácio, de alguns cotonicultores de Cafeáira, e mais de uma dezena de contonicultores de Lupionópolis. Estou só pedindo uma coisa ao Senhor Secretário: para que envie um técnico da Secretaria da Agricultura lá, que eu não estou pedindo as informações técnicas; não estou defendendo a semente paulista, contra a nossa paranaense, porque tudo é Brasil. Eu acho que o que nós devemos é dar uma explicação ao homem que lá está e que quando o Deputado vai ele continua reclamando: "Deputado, setembro está aí, vamos ter que plantar algodão". E como fazer, se a Café nos dá uma semente que não é boa; porque a semente paulista é melhor? Mas nós temos que ir para o Estado de São Paulo, entrar às escondidas, passar de boate?"

É o apelo que mais uma vez eu trago desta tribuna; hoje, diretamente ao Sr. Secretário da Agricultura, profundamente inconformado com a resposta, porque a resposta, para que os Senhores tenham ciência, da Café do Paraná, começa inclusive dizendo: "Esta Empresa de Economia Mista, responsável pela produção e beneficiamento de sementes de algodão do Paraná, estranha a informação colhida pelo nobre Deputado de que..." — nem interessa mais saber do que. Eu já senti que realmente a indagação feita, o expediente, parece que chegou e entrou na garganta de alguém, para me mandar uma resposta desta natureza. Eu não sou plantador nem catador de algodão, mas acho que nós temos a obrigação de fazer a defesa de nossa gente. Quero poder voltar àquele recanto, e dizer àquela gente porque é que eles não podem plantar a semente paulista; porque não podem adquirir a semente. Ou então, tenho que provar com dados que me forneça a Secretaria da Agricultura de que a nossa semente é igual à semente que eles adquirem em Presidente Prudente.

Era esta a informação e era esta a justificativa que eu pretendia trazer e trago hoje a esta Casa, só me perdoe pelos termos da minha palavra; mas eu estou profunda e dolorosamente machucado, porque vim defender o povo e recebi uma resposta que o povo não entendeu. E espero que o Sr. Secretário de Agricultura me dê esta condição de levar a resposta que aquela gente espera.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Desejo congratular-me com Vossa Excelência, porque esteve presente na ocasião que Vossa Excelência formulou o requerimento. E a resposta que se vê, agora, também contra Deputados da ARENA neste Poder, é preciso que os Srs. eminentes Secretários respeitem a posição dos Parlamentares que representam a população do Paraná. E se há reivindicação é no sentido de progresso do Estado.

Congratulo-me com Vossa Excelência, porque já houve tempo em que o problema das sementes foi levantada aqui, neste Poder, contra a famigerada lei dos cultivares que, graças

a Deus, está arquivada no Congresso Nacional e que só iria beneficiar as multinacionais. E quem sabe se não existem interesses outros atrás de respostas como essa?

Congratulo-me com Vossa Excelência.

O SR. DÁCIO LEONEL — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Como o período da Liderança da ARENA vai ter o seu final utilizado pelo nosso Líder, ao sair, apenas um testemunho sobre outro assunto. Um testemunho ao Deputado Egon Pudell pela sua luta pela criação do Município de Vera Cruz, que nós acompanhamos o seu trabalho. E apenas para que ele sinta, como disse o Deputado Jurandir Messias que, realmente, ele haverá de ter o apoio não só da bancada do nosso Partido, mas de todos os Srs. Deputados desta Casa.

Efetivamente estamos apenas procurando é corrigir alguns detalhes para que tenhamos tudo dentro e sob o amparo da lei. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Apenas, inicialmente, referendar as afirmações do nobre Deputado Dácio Leonel, dirigidas ao nobre Deputado Egon Pudell, ao Sr. Prefeito e a todas as camadas representativas do Distrito de Vera Cruz, de que o esforço do nobre Deputado Egon Pudell foi realmente extraordinário.

Todavia, filigranas, digamos, de ordem regimental impediram a apreciação do projeto do nobre Deputado Egon Pudell, criando o Município de Vera Cruz, ainda neste período legislativo.

Todavia, levem os Srs. a certeza de que a Assembléia Legislativa, através dos representantes do povo, das duas bancadas, estão acordes, na aprovação do referido projeto que visa criar o Município de Vera Cruz. E tão logo reabram os trabalhos legislativos os Srs. podem contar, efetivamente, com a aprovação do projeto.

Ocupamos a tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados para, rapidamente, dar aqui uma satisfação às acusações que trouxe, ontem, à Casa, o Deputado Mário Celso, que solicitou providências junto ao Governador, visando responsabilizar as pessoas que utilizando-se do veículo oficial placa 1245, jogavam, pela via pública, livretos com a biografia de Caetano Munhoz da Rocha, num ato condenável, segundo classificou o nobre Deputado Mário Celso.

Pois bem, este Governo, como sempre o fez e continuará fazendo, devota profundo respeito pelo Poder Legislativo. E cada acusação, cada pedido de esclarecimento que chegue ao Governo, ele se apressa em responder. E o faz hoje, não por via oficial, porque a Casa entrará em recesso ainda esta semana. Embora, posteriormente, receba o nobre Deputado Mário Celso, as devidas explicações do Poder Executivo.

Mas, queremos adiantar que foi exigido do Motorista Paulo Vaz Ferreira, motorista da Casa Civil, uma declaração que assinasse e que passarei às mãos do Deputado Mário Celso, a qual ele justifica que, efetivamente, "caiu um dos volumes e que estavam acondicionados em papel, estourou em via pública. E pela ação do vento, espalharam-se os livretos pela rua. Tão logo foi notado o ocorrido, estacionamos o veículo a fim de recuperar os livretos caídos. Entretanto, os mesmos já haviam se espalhado por uma grande extensão, etc., etc."

Essas são as explicações do motorista, que não estou endossando. Apenas trago ao conhecimento da Casa para demonstrar, neste episódio que pode parecer corriqueiro, mas que reputamos de muita importância: o apreço, a consideração que o Sr. Governador do Estado vota ao Poder Legislativo do Paraná e a todos os seus integrantes.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado e Líder da ARENA, nesta Casa, nós, sin-

ceramente, ficamos satisfeitos com as providências tomadas, mesmo porque sabemos que o Sr. Governador deve tomar providências que não sejam somente apurar as explicações do cidadão. Porque, na verdade, não podemos conceber que apenas com a explosão do pacote, alguns livretos tenham se espalhados e ido às ruas, porque não podemos crer que o Governo do Estado possua carros conversíveis. Mas, na verdade, aceitamos a explicação porque sabemos que está em andamento um processo que visa levantar essa situação. Ficamos contentes com o seu posicionamento, mesmo porque, o nobre Deputado não endossa a posição do motorista que fez a justificativa. Mas ficamos felizes, sinceramente porque sabemos que o Governo está tomando providências e, um dia depois de o requerimento haver sido apresentado, já temos pelo menos uma movimentação em termos de solução.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas eu quero corrigir, talvez, uma omissão de minha parte, mas, o carro, não era conversível, absolutamente, era um veículo "Pick-Up", que não possui a capota de proteção em sua parte posterior. Esta é a realidade, um veículo "Pick-Up; efetivamente poderia ter ocorrido o incidente, de acordo com as explicações do motorista.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). — Parece-me, que na primeira parte do pronunciamento de Vossa Excelência, por dever de ofício até, eu agradeço a Vossa Excelência por haver mencionado todos os Deputados desta Casa, no episódio relativo à emancipação de Vera Cruz.

É do conhecimento de Vossa Excelência, e de toda esta Casa, que a nossa bancada, a bancada do MDB, desde o início, quando surgiram, quando eclodiram os efeitos da pretensão de transferência da sede do Município, para Vez Cruz do Oeste, este Deputado, representando Céu Azul aqui nesta Casa, embora enfermo, desde o início se posicionou contra a transferência, entretanto, nunca arredou pé e jamais o fará, bloqueando, evitando a emancipação de Vera Cruz, que considero não só necessária, mas, uma medida imperativa para a justiça de todo o município, e, até, para a conciliação do município.

Esta bancada do MDB, tendo tomado uma posição favorável à emancipação, desde o início da gestão, dos negócios jurídicos, para que se levasse isso, a efeito, houve este posicionamento positivo pela emancipação, e, fazendo parte da Comissão de Constituição e Justiça, este Deputado, também, levando os esclarecimentos à bancada representada naquela Comissão de Justiça, foi unânime em aprovar o Parecer, para que Vera Cruz se emancipasse. E houve alguém, não, da Capital, mas do interior do Paraná, que procurou indispor este Deputado contra a população, dizendo não ser favorável à emancipação; ao contrário — se for um homem ponderado, que prima pela justiça, pelo direito e direito já conquistado pelas duas populações, tanto do distrito quanto do município, de pacificação, de harmonia e de preservação da paz e tranquilidade social, não haveria de ter outro pensamento. Ainda que tivesse um outro pensamento, jamais poderia dizer contra o povo que aqui se representa. E por esta razão, a nossa bancada, a bancada do MDB está franca, aberta e plenamente favorável à emancipação de Vera Cruz, e à preservação do Município de Céu Azul.

Agradeço a Vossa Excelência, o fato de falar no nome da Casa, abarcando assim, a Liderança também do MDB que me autorizou a fazer este pronunciamento e o faço, em meu nome e no nome da minha bancada.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E o aparte de Vossa Excelência, além de honroso, supre uma possível omissão de nossa parte. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, usará a tribuna, na metade do tempo disponível, o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos trazendo hoje a esta Assembléia, uma proposta de emenda à Constituição, que eu acredito que trará, também, bastante polêmica a ela mesma.

O artigo 200 da Constituição Federal, diz que: "as disposições constantes desta Constituição, ficam incorporadas no que couber, ao Direito Constitucional legislado dos Estados."

Essa emenda à Constituição, é composta de dois artigos. A matéria constante do artigo primeiro, decorre de adaptação pura e simples do disposto na Constituição Federal sobre a matéria, aliás, já incorporada à nossa Carta por força do que estabelece o artigo 200 do texto magno.

O artigo segundo dispõe sobre a inviolabilidade e a imunidade do vereador. Com essa adaptação, o artigo 12 seria redigido da seguinte maneira:

"Os Deputados são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a segurança nacional.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 2.º — Se a Assembléia não se pronunciar sobre o pedido, dentro de quarenta dias a contar do seu recebimento, ter-se-á como concedida a licença.

§ 3.º — No caso de crime inafiançável, os autos serão remetidos dentro de 48 horas à Assembléia Legislativa, para que resolva sobre a prisão e autorização ou não de formação de culpa.

§ 4.º — Os deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 5.º — As prerrogativas processuais dos deputados, arrolados como testemunhas, não subsistirão se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de trinta dias, ao convite judicial.

§ 6.º — A incorporação às Forças Armadas de deputados, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia Legislativa."

Artigo 2.º — O artigo 107 fica acrescido do seguinte parágrafo:

§ 3.º — Os vereadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional, gozando das mesmas imunidades asseguradas aos deputados por esta Constituição."

O artigo 2.º, Senhor Presidente, dispõe sobre a inviolabilidade e imunidade do vereador e, de certa forma, reviveu uma regra que já esteve na Constituição de 12 de julho de 1947, deste Estado, mais precisamente no Artigo 128, cujos termos são os seguintes:

"Art. 128 — Nos territórios dos Municípios onde forem eleitos, o prefeito e os vereadores gozarão das mesmas imunidades asseguradas aos deputados por esta Constituição."

Verifica-se, portanto, que a propositura em tela é menos abrangente, na medida em que propõe tão somente aos vereadores a inviolabilidade e a imunidade.

Os fundamentos da reabilitação das prerrogativas ao vereador são os seguintes:

O Parlamento livre, sem que haja inviolabilidade, inexistente. A inviolabilidade de parlamentar vem consagrada no direito pátrio brasileiro desde 1824, data da edição e promulgação da primeira Constituição.

Todas as demais Cartas Magnas consagraram o mesmo princípio.

Nos anos negros do arbítrio, que se prenuncia estar no final, foi inserida no texto constitucional, uma excrecência legal, amoral, ou seja, a quebra da inviolabilidade parlamentar.

Atar a palavra do ocupante da tribuna de um Parlamentar às normas pré-estabelecidas, estando sobre a cabeça do parlamentar, permanentemente, uma "espada de Dâmocles" é a medida que, sem sombras de dúvidas, não é cabível.

Estamos, queremos crer, no porvir de novos tempos, tanto é que com a edição da Emenda Constitucional n.º 11, de 17 de outubro de 1978, foi eliminada a ressalva dos crimes contra a honra, ou sejam, a calúnia, a injúria e a difamação.

O Supremo Tribunal Federal, no passado, por maioria de votos, nunca por unanimidade, em vários julgamentos decidiu pela inconstitucionalidade de disposições estaduais que concediam imunidade aos vereadores. Em termos de doutrina, diversos juristas discordam desse entendimento jurisprudencial e, parece-nos com bom fundamento.

Não há um artigo em norma positiva federal que o proíba; nem a Constituição Federal que é omissa, nem nas leis ordinárias da União.

No que toca ao ponto, da imunidade aos vereadores, há que se lembrar que a Lei Eleitoral (lei federal), concede pela via ordinária, verdadeiras imunidades formais a eleitores e candidatos (Código Eleitoral, art. 236, § 1.º), proibindo ou dificultando a prisão dos mesmos. É verdade que por curto período, mas de qualquer forma uma imunidade não processual concedida por Lei ordinária e cuja CONSTITUCIONALIDADE NÃO É POSTA EM DÚVIDA. A imunidade não é um privilégio pessoal, o qual não valeria se não previsto na Constituição Federal. É ela uma garantia funcional e aos Estados, segundo nosso entendimento, nada os impede de entenderem aos vereadores, OU ENTÃO, O PODER CENTRAL AINDA NÃO RECONHECE AOS ESTADOS A FACULDADE DE SUPRIREM O SILENCIO FEDERAL.

A aprovação desta proposição é medida que demonstrará, inequivocamente, mais um passo na conquista da independência que o Poder Legislativo tem que reconquistar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, dentro do horário reservado ao MDB, ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero saudar a delegação de Céu Azul e de Vera Cruz que se faz presente, hoje, nesta Casa, em prol da emancipação do Distrito de Vera Cruz, como Município e dizer que a bancada do MDB, quando esta matéria vir a plenário, depois de cumprir todo rito regulamentar, esta bancada votará favoravelmente à emancipação daquele distrito.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A bancada do MDB, da Assembleia do Paraná, elaborou um documento que é levado para Brasília numa reunião do Diretório Nacional a ser promovida amanhã, dia 27. Esse documento, por um Estado democrático, social e independente, com um desenvolvimento autocentrado. E eu, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência para que faça inserir, nos Anais desta Casa, a inserção, por inteiro deste documento, que irei ler. (Lê).

"I — INTRODUÇÃO

a) — Mesmo tendo sido criado de uma forma arbitrária e artificial, o MDB ganhou conteúdo e representatividade como uma frente política.

b) — Todavia sua orientação, no geral, expressa os interesses e as tendências da burguesia liberal, pondo o restante do partido no confronto ao arbítrio e os grandes grupos que atuam no País.

c) — Apesar de assumir a representatividade da sociedade brasileira, a legitimidade e a representação do MDB estão em

causa.

d) — Até o momento não se operou uma mudança na base política dessa representatividade, embora comece a aparecer um esforço tendente a retificar a linha de conduta, quer nas relações internas do partido ou mesmo dele para com as diversas camadas que constituem a base da sociedade.

e) — O MDB precisa, urgentemente, revisar seus objetivos e conceitos, em uma forma clara de luta, para cumprir esta tarefa de reorganização, a fim de que, efetivamente, se transforme em um partido político.

II — CONCEITUAÇÃO

1) — Construção de um Estado democrático, social e independente.

A construção de um Estado democrático, social e independente, é um objetivo capaz de reunir amplos setores brasileiros a partir de suas classes básicas — os trabalhadores urbanos e rurais.

Mais do que um Estado Liberal, um Estado Democrático que represente os efetivos interesses da classe operária, dos trabalhadores urbanos e rurais, dos produtores mercantis médios e pequenos, dos profissionais liberais e os funcionários públicos, dos pequenos e médios empresários nacionais, dos intelectuais e estudantes, dos jovens e das mulheres, das minorias raciais e culturais abrigadas na sociedade brasileira.

Porém, esse Estado para ser democrático não pode apoiar-se em um simulacro de representatividade política. Terá que assentar-se na liberdade e na autonomia das massas trabalhadoras e suas representações econômicas, políticas, sociais e culturais. Terá que expressar os interesses e a vontade das amplas massas trabalhadoras brasileiras. E somente chegará a corresponder a esses interesses e aspirações quando o Governo realizar programas expressos, por essas classes e camadas, sob o controle direto delas, para elevar-lhes o padrão de vida social e de trabalho.

2 — Constituição de um Governo democrático e constitucional

Para a constituição de um Governo democrático e constitucional, que além disso assegure as liberdades e conquiste a independência nacional, é preciso que a Nação encontre os meios e os instrumentos de sua representação concreta, direta, através de uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, durante cuja preparação a liberdade individual e a reorganização econômica, social e política dos trabalhadores e de outras classes sociais esteja perfeitamente assegurada. De tal modo que a preparação das eleições, sua realização, e a constituição e funcionamento de uma Assembleia Nacional Constituinte, afirme a representatividade e a vontade da Nação.

Um governo baseado principalmente em um legislativo forte, que se atribua e execute programas e tarefas, sob o controle radical do Congresso Nacional; principalmente das assembleias e câmaras legislativas; daqueles que representam o eleitorado brasileiro.

Um legislativo forte por sua representatividade e atribuições políticas, para constituir um estado igualmente forte, capaz de investir na ação econômica, social e cultural, sob o controle das camadas populares. Um estado forte porque representa e organiza o interesse da sociedade, expresso livremente através do povo e suas organizações legitimamente representativas. Um governo forte, porque apoiado nas massas trabalhadoras, de quem recebe autoridade.

Este deve ser o centro do programa institucional das oposições brasileiras.

3 — Desenvolvimento Autocentrado

Entretanto, essas características gerais e acima expostas, não são para vestir um novo Estado e sim o Estado já existente: com sua história e suas tradições. A experiência vem demonstrando que a condição de um país primário-exportador não se

ajusta às necessidades nacionais; não beneficia as amplas massas sociais brasileiras. Nem, tão pouco, a simples substituição dessa economia primária-exportadora por uma economia primária-exportadora/exportadora de manufaturados, ainda que este polo de nossas exportações, ultimamente, tendesse a crescer rapidamente.

Nesse processo de produção e exportação há vários problemas que precisam ser resolvidos. Interessa à Nação um sistema de produção que amplie ao máximo de sua capacidade, segundo os interesses e aspirações do povo brasileiro; mas a democratização do processo produtivo não se compatibiliza com a monopolização da estrutura produtiva.

A monopolização privada do transporte e do armazenamento, não se compatibiliza com os interesses da maioria da Nação brasileira. É imperiosa uma democratização da propriedade e da produção mercantil; uma democratização da produção, do consumo e das exportações. E para isso é necessário e inadiável conferir um caráter social à propriedade e aos outros meios produtivos, através de uma reforma da organização mercantil e da ação do Estado.

O Estado, como agente social, precisa deter em suas mãos os meios e instrumentos de apoio, fomento e controle da ação produtiva, da modernização produtiva à garantia do mercado de consumo e exportações. E não deve como intermediário da ação privada, de uma classe minoritária e seus grupos mais atuantes que monopolizam crescentemente a produção, a distribuição, o consumo e as exportações.

O Governo precisa estabelecer a prioridade nacional de apoio ao produtor brasileiro, à garantia de acesso das amplas massas aos meios de produção rural. E ao amplo consumo de alimentos e bens em geral a todas as classes e setores da população. Para isso terá que definir sua linha de desenvolvimento e progresso assentadas nas suas riquezas, principalmente, em suas classes trabalhadoras, em sua capacidade de produzir. Um desenvolvimento autocentrado, não de "mercado".

Esse modelo econômico e social é decisivo para o País: autocentrado em sua capacidade de produção e consumo; e vínculos externos de identificação com outros países que se encontram na mesma situação. Centrar-se em "mercado" significa ajustar-se à capacidade de consumo baseada nas classes e camadas privilegiadas.

Um sistema de desenvolvimento autocentrado exige, no plano externo, que o País não pretenda nem dispute hegemonias (de dominação de outros países) e sim que estabeleça a prioridade das relações internacionais em relações de igualdade e reciprocidade com nações que enfrentam o problema da dependência e lutam para a sua liberdade e progresso.

Essa identificação fundamental com os países do Terceiro Mundo, aponta as prioridades nas relações externas e a frente comum que deve ser desenvolvida nas relações Norte-Sul.

4 - Intervenção do Estado

Num mundo em que a ação do Estado é ampla em qualquer economia, é difícil admitir que ainda haja quem sinceramente acredite ser possível retornar aos velhos tempos do capitalismo competitivo e do Estado não-intervencionista.

A intervenção do Estado na economia é necessária e continuará crescendo. A tarefa democrática não é tentar contê-la, mas ampliar o controle popular sobre o Estado.

Só será possível retomar e garantir o desenvolvimento econômico do país e ao mesmo tempo elevar o padrão de vida dos trabalhadores do campo e da cidade, reforçando a soberania nacional num mundo onde se avolumam as ameaças econômicas, políticas e militares aos países subdesenvolvidos, se se adotar outro modelo.

Além de reformas democráticas, nas condições brasileiras de desenvolvimento, é fundamental que o Estado se aperfeiçoe e aumente sua ação econômica, social e cultural. É preciso elevar o grau de participação do Estado, dos Estados-membros

e municípios; mas que se supere o burocratismo artificioso que é o desvirtuamento funcional do Estado; que se elimine a crescente privatização do Estado — posto o Estado ao serviço de uma classe monopolista — e que agora se completa demolidoramente com a privatização dos resultados sociais, atingidos com a ação do Estado, ao longo dos últimos anos.

Porém, isso ainda não é suficiente; se não houver outras medidas descontroladoras da economia brasileira. Entre elas a estatização do sistema financeiro, que é o perigoso agente dos interesses minoritários e monopolistas, que afetam e degradam cada vez mais a economia dependente de nosso país e as condições de vida e de trabalho do povo.

5 - Posição do Trabalho

Na sociedade brasileira, os programas de governo vem dando prioridade à posição do Capital, externo e interno. Essa mistificação, econômica e política, esconde uma atitude de opressão e exploração do trabalho que atinge a níveis intoleráveis.

Toda sociedade nacional, se ressentida dessa atitude, fundada na ditadura política e na atual política econômica do governo.

O grande desafio que se impõe aos brasileiros, está em colocar o trabalho em sua primazia no sistema produtivo e na valoração social.

Sem esta mudança de atitude e de políticas, a sociedade brasileira não poderá conquistar a democracia e o efetivo desenvolvimento econômico-social.

As mudanças de Estado, de governo e as reformas institucionais e sociais, não serão levadas a cabo sem que se apoiem no trabalho e nos trabalhadores, em primeiro lugar.

Uma política social que seja resultado da organização das classes trabalhadoras, e que eleve a participação dos trabalhadores na vida social e política é o primeiro e decisivo passo na reorganização do Estado e do governo e na construção de programas econômicos, sociais e políticos.

6 - Alinhamentos políticos

Os alinhamentos políticos das oposições, devem endereçar todos os esforços para um Estado democrático, social e independente, que somente será conseguido se pudermos liquidar as leis e atos de exceção ainda embutidos na Constituição espúria e na Lei de Segurança Nacional ditatorial.

A Anistia ampla, geral e irrestrita — sem as ameaças exercitadas pela Constituição e presentes na Lei de Segurança Nacional, ainda é uma batalha a ser travada contra as forças arbitrárias como condição para um processo de participação política democrática e popular, que conduza a nação a uma Assembleia Nacional Constituinte.

E essa é a formulação política aberta das várias classes sociais e suas relações no livre jogo de interesses e poder político. Não há antecipações arbitrárias que legitimem forças sociais e governos para que representem os interesses nacionais.

A livre manifestação das classes e camadas sociais, sua própria organização com base em seus interesses e aspirações, constitui o pressuposto da legitimidade e legalidade da organização política brasileira e do funcionamento de suas instituições.

Além das medidas formais e políticas, desde já as oposições devem lutar para que a nação supere sua dependência externa. O Brasil deve ser um país independente e não apenas um País com minorias independentes, porque afinadas com interesses dos países ricos e das grandes empresas monopolistas. E somente um tipo de desenvolvimento, um "modelo econômico e social", que se assente na força, na capacidade, nos interesses e aspirações de suas amplas classes e camadas trabalhadoras, pode construir a independência e o progresso nacionais.

Não só como força produtiva e distributiva, da riqueza nacional, mas como força consumidora, autodeterminada. E

assim, a ampliação do mercado interno, de tipo popular, deve ser o polo de consumo; consumo ampliado de gêneros e de serviços essenciais. Não o consumo de bens supérfluos.

As exportações devem estar subordinadas à política que levem à criação de um mercado interno de tipo popular. E essas exportações devem assentar-se, principalmente, em mercados externos sob relações democráticas e populares, quer dizer, em mercados do terceiro mundo, pelo critério preferencial de trocas, especialmente com os países da América Latina, África e Ásia.

Todavia, o nível da prática produtiva e as intermediações do sistema distributivo dos alimentos, artigos e bens em geral, impõe tarefas de organização popular cooperativa e de ação do Estado, para fortalecer o povo, a produção, elevar o consumo de alimentos e bens sociais de toda a população brasileira. As cooperativas de produção, distribuição e consumo, de tipo popular e não "empresarial" (de mercado) devem ser estimuladas e merecer o apoio e a garantia do Estado brasileiro.

A União, os Estados e os Municípios

A federação brasileira foi substituída por um Estado unitarista. As distorções levadas à sociedade civil encontraram a resistência das camadas democráticas brasileiras.

Agora, que se põe na ordem do dia a questão democrática, a participação ampla do povo brasileiro na decisão dos seus destinos, igualmente, estão em jogo a União, os Estados e os Municípios.

Mas as relações entre as unidades que compõe a federação devem ser democratizadas sob as determinações do trabalho, da produção, dos interesses sociais e da independência.

E assim não se pode falar em democratização na sociedade sem levar em conta a situação de dominação da Nação brasileira, das relações entre os polos dinâmicos da economia atual; as empresas estatais, as multinacionais e as empresas privadas nacionais, para modificar esses polos dinâmicos que devem ser assentados nas empresas estatais, nas empresas privadas nacionais e classes trabalhadoras.

E hoje, o planejamento global da economia não pode abandonar a centralização federativa, nos aspectos substanciais; naqueles aspectos que levam à independência nacional e estimulam os centros dinâmicos da economia e da subsistência da população brasileira.

Dentro desses alinhamentos de democracia nacional, com integração e independência social, cabem perfeitamente posições autônomas e criativas dos Estados e Municípios.

Os limites para ação municipal estadual, que desejamos ver revigorados, são bastante amplos. E devem ser inscritos com clareza em nosso programa de ação.

PONTOS PROPOSTOS

Para a ampla discussão que se propõem, a seguir, expomos alguns pontos básicos do novo programa, a ser assumido pelo MDB.

1 - POLÍTICA EXTERNA

- autodeterminação, com a política voltada para o terceiro mundo em relações de igualdade especialmente com a América Latina.
- comércio exterior, baseado, preferencialmente em relações de troca com o hemisfério Sul.
- negação das políticas hegemônicas do mundo e das de dominação praticadas pelas grandes potências, inclusive denúncias de acordos - a comissão trilateral e os pactos continentais para dominação e divisão do mundo.
- corte de relacionamento com governos não democráticos.

2 - POLÍTICA INTERNA

- CAMPO INSTITUCIONAL:

Luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, precedida de uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, para a consecução de um Estado Democrático Social e Independente.

Pluripartidarismo:

No setor educacional, defender a gratuidade do ensino e sua participação para preencher a lacuna da fase pré-escolar.

No setor de saúde, defender a democratização e socialização da medicina e seus serviços.

Sindicalismo, com livre manifestação e organização, possibilitando a legítima expressão política das classes trabalhadoras.

Informação Social, com ampla democratização e socialização dos meios de comunicação social.

Sistema Fundiário, que seja compatível com o sentido e uso social da propriedade.

Reforma do Solo Urbano, com sua utilização, segundo critérios de interesse social.

Setor Habitacional, impedindo a especulação com programas que atendam prioritariamente as faixas populacionais carentes de casa própria.

Política do Trabalho, com a reforma do direito social-trabalhista brasileiro, para a formulação de programas que deem prioridade ao trabalho nas relações econômicas e sociais cujos fundamentos prevejam a co-gestão dos trabalhadores nas empresas e sua participação nos lucros.

Cooperativismo, com a implantação de cooperativas habitacionais, de produção, distribuição e consumo, de tipo popular, com mecanismos de controle social.

Segurança Nacional, com a definição de uma política de segurança nacional profundamente democrática, assentada nos interesses superiores da sociedade brasileira, no seu conjunto.

Política econômica:

Socialização do crédito, com uma política de estatização do sistema financeiro e securitário.

Combate à inflação, com uma política de saneamento vigorosa e de importações para o controle e saneamento da dívida externa.

Política energética:

Uma política apoiada, principalmente, nos recursos naturais brasileiros, estimulando o desenvolvimento de uma tecnologia nacional.

Revisão do Acordo Nuclear, com a apropriação do Estado de todo processo científico ajustado aos interesses nacionais.

Senhor Presidente:

O atual Governo vem se apossando das pregações de cunho popular, que são bandeiras das oposições no Brasil, com o que, mentirosa e demagogicamente, procura iludir a população brasileira.

Cultor de um sistema capitalista desumano, por ele mesmo denominado "neo-capitalismo", não apresenta saída para os legítimos interesses nacionais e populares.

Os deputados estaduais do MDB do Paraná, como intérpretes das bases partidárias, não pretendem, com o presente documento, impor ao Partido um programa pronto e acabado.

Não.

Os conceitos e afirmações aqui contidos buscam oferecer uma contribuição para reformular o programa partidário, que entendem deva ser imediatamente ajustado e assumido pelo MDB, a fim de que, realmente se torne um instrumento ideologicamente identificado, para afirmar-se definitivamente como agremiação político-partidária.

Entendem, todavia, que só uma ampla discussão do novo programa a ser adotado - em que as bases possam democraticamente participar terá o condão e a determinante de expressar a Ideologia emedebista como um todo, e não ser, o novo programa, uma imposição de cúpula ou de grupos partidários.

Curitiba, 26 de junho de 1979."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de Resolução de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — **Recebida.** — Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para distribuição aos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, no seguinte teor: (Lê)
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, seja dada preferência na votação das Proposições de Emendas à Constituição de n.ºs 60/79 e 67/79, as quais têm parecer FAVORÁVEIS da douta Comissão Especial a fim de abreviar os debates das demais, com parecer contrário por maioria e com parecer contrário, respectivamente.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979."

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 60/79, de autoria do Senhor Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que acresce de mais um parágrafo com redação que especifica, ao artigo 107, da referida Constituição. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — **Aprovada.**

1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 67/79, de autoria do Senhor Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que dá nova redação ao artigo 94, da referida Constituição. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — **Aprovada,** por maioria dos Srs. Deputados.

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente.

Aos artigos da Constituição Estadual, bem como nas votações onde são exigidos "quorum" qualificado, há necessidade de que Vossa Excelência, na minha opinião, faça a contagem dos Deputados que votarem a favor das emendas. Porque a contagem dos Deputados que votarem a favor das emendas, existindo a obrigatoriedade de haver maioria absoluta na Assembléia, é necessário que se constante se este número foi alcançado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem). — Sr. Presidente.

Essa Presidência proclamou o resultado da votação da emenda constitucional, dizendo estar observado o preceito mandamental da Constituição. Entretanto, nada impede que Vossa Excelência conte o número de votantes para esta emenda, embora a Assembléia tenha dado pelos parlamentares presentes, unanimidade à votação. Portanto, penso que carece, aprioristicamente, de fundamento o pedido do eminente Deputado Paulo Camargo, porque a Assembléia em número suficiente votou favoravelmente.

Todavia, se assim achar Vossa Excelência desde que não há impedimento...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa aos Srs. Deputados que de acordo com a informação dada a esta Presidência, pela portaria, encontram-se nesta Casa 51 Srs. Deputados. E a Mesa considera como maioria absoluta. Creio que com isso estarei atendendo a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Paulo Camargo.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo

Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente.

Todos nós votamos e queremos garantir a aprovação desta emenda à Constituição. Mas para quando existe "quorum" qualificado, há necessidade para que mais tarde não provoque uma nulidade, que se comprove que, pelo menos, 30 Deputados votaram a favor da emenda que todos nós estamos votando favoravelmente no momento.

Não pode ser, Sr. Presidente, votação simbólica quando o "quorum" é qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que, de acordo com a votação, deu-se como aprovado por 51 Srs. Deputados.

1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 58/79, de autoria dos Senhores Deputados IVO THOMAZONI e FIDELCINO TOLENTINO, Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, que dá nova redação a alínea "B" do parágrafo 1.º do artigo 92 da referida Constituição, já alterada pela Emenda n.º 06, de 19/04/78. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa esclarece ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem trinta minutos para discutir, de acordo com a Resolução n.º 02/71.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a Presidência.

Esta emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, refere-se a uma alteração pretendida por este Deputado, e também pelo Deputado ou ex-Deputado Ivo Thomazoni, que na co-autoria propôs a consideração da Assembléia, a emenda relativa ao disposto no Artigo 70 da Carta Constitucional vigente do Estado do Paraná.

Entretanto, Sr. Presidente, o douto Parecer da Comissão Especial que declinou a opinião dos seus membros, relativamente a constitucionalidade do texto proposto, louvou-se, parcialmente, no texto do artigo 146, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952...

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, questão de ordem. — (Assentimento).

Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, se está em discussão a Proposição 58/79 ou 59/79. Este orador, pelo que consta, está discutindo a 59.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que está sendo discutida a Proposição 58/79.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Entendi mal, Sr. Presidente. — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão. Em votação. — **Aprovado por maioria absoluta.**

1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 59/79, de autoria dos Senhores Deputados FIDELCINO TOLENTINO e IVO THOMAZONI, que dá nova redação ao artigo 70, da referida Constituição. Parecer CONTRÁRIO da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, volto a esta tribuna, agora sim, para discutir, neste primeiro turno, a constitucionalidade da emenda constitucional, proposta em co-autoria por este Deputado com o ex-Deputado Ivo Thomazoni, relativamente à nova redação do artigo 70, da Constituição Estadual, que trata de quinquênios e adicionais aos servido-

res públicos do Estado do Paraná.

Em que pese todo o respeito que temos pelos eminentes Deputados que compuseram a douta Comissão Especial, não tenho como, Sr. Presidente, não divergir do parecer, respeitável daquela douta Comissão, opinando contrariamente à aprovação desta emenda.

É que este parecer, Sr. Presidente, se louvou, parcialmente, é verdade, no texto do artigo 146, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, cuja amplitude, data vênua, foi totalmente modificada há mais de quinze anos, pelo artigo 10, do Decreto-lei Federal 4345, de 26 de junho de 1964, e publicado na Lex, em seu volume 28, tomo 1, páginas 486 e 487, que constituem o texto que revogou aquela lei sobre a qual se estribou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Sr. Presidente, já me propus e já propus a esta Casa de Leis, a reformulação da biblioteca deste Poder Legislativo, porque não oferece condições de exames mais técnicos e mais apurados de toda a legislação que está em vigor no País e no Paraná. Porque ao ser conferida aquela biblioteca, ao ser consultados os seus livros, evidentemente pode ocorrer, um resultado negativo e até pejorativo para quem faz estas consultas em livros antigos e obsoletos; que não estão em vigor mais texto de lei sobre os quais estribam-se muitos dos doutos pareceres que se levam a efeito nesta Casa.

E é por esta razão que propus a esta Assembléia, que se modificasse a Biblioteca que já vai longe a necessidade de se reformular. E é mais um apelo que deixo a esta douta Comissão Executiva deste Poder Legislativo. E por esta razão, talvez até, se estribando numa lei já derogada, louvou-se aquela comissão, para dar parecer a uma emenda constitucional de grande relevância, não só pública e social do Paraná, mas sobretudo para o funcionalismo laborioso deste Estado, Sr. Presidente.

Deixo de ler, porque me carece tempo suficiente para fazer a leitura. Mas deixo à disposição dos eminentes Srs. Deputados, a verificação do texto que invoquei.

A própria representação, promovida pelo Procurador Geral da República, mencionada na Lei 43/45 acima referida, que concede sete quinquênios aos Servidores Públicos da União, até o máximo de trinta e cinco por cento, vale dizer, aceita e convalida os sete quinquênios propostos no inciso primeiro, da emenda constitucional, aqui em exame.

Sr. Presidente, na proposição do Procurador Geral da República, ele faz referência a esta lei, cujo documento se encontra aqui na nossa mão e diz o seguinte: "Tendo em vista que a lei federal, reguladora da concessão de adicionais ao servidor público, Lei 43/45 de 26 de junho de 64, estabelece um máximo de trinta e cinco por cento concedidos parceladamente à razão de cinco por cento por quinquênio de efetivo exercício, conforme o artigo 10 da lei acima referida."

Desta forma, Sr. Presidente, o fato de não constar na proposição, de emenda de que somos autores, juntamente com outro Deputado e a mesma se refere ao "caput" do artigo 70 da Constituição do Estado. É absolutamente no nosso modesto entender, irrelevante o argumento do parecer da douta Comissão Especial. E já está explícito, uma vez que não mencionamos estarem revogados os seus parágrafos. Porque, neste caso, a revogação tem de ser expressa, se o espírito da lei busca revogar determinados parágrafos, há que se colocar expressamente no texto proposto ou no texto constitucional, este é o nosso entendimento, Sr. Presidente.

E por outro lado, poderá ser facilmente adaptada na redação final. Se falha houvesse apenas de redação, sem prejuízo no nosso entender, do espírito da lei. Nem a sua técnica seria também prejudicada, acrescentando-se a palavra: "o artigo 70 caput" e seria esta a palavra que poderia ser inserida, se quisesse assim o fazer a Comissão Especial. Entretanto, cremos que seria dispensável, absolutamente dispensável, a nível técnico. De outra forma: a transformação dos cinco quinquênios, e estes me

parece o ponto de divergência, a transformação dos cinco quinquênios em sete quinquênios e mais a sexta parte aos vinte e cinco anos de serviço, não importa em qualquer prejuízo para os servidores e principalmente para as mulheres, conforme comprovamos com a tabela comparativa que a própria imprensa já divulgou. Mas para que fique nos Anais desta Casa, penso ser de imperativa necessidade dizer que até os vinte e cinco anos, ou até o quarto quinquênio, até os vinte anos, de vinte a vinte e cinco anos, não há polêmica a respeito.

Entretanto, dos vinte e cinco anos aos trinta, é que vem a dúvida e que alguém, representando os servidores do Paraná, teria colocado obstáculo no entendimento que nós propusemos a esta Casa. É que deixou de ser considerado os cálculos relativos à sexta parte, Sr. Presidente. A sexta parte que se refere, seria implantada aos vinte e cinco anos de serviço. E isto quer dizer uma vantagem para o funcionalismo de mais dois vírgula vinte e seis por cento.

Nos trinta anos, já teria mais vinte e dois vírgula setenta e quatro por cento; aos trinta e um, dezesseis vírgula cinco por cento; aos trinta e dois, mais nove vírgula dois por cento; aos trinta e três, mais um vírgula sessenta e quatro por cento; aos trinta e quatro anos de serviço, pela emenda proposta, poderá ter a interpretação de uma diminuição do percentual percebido pela Constituição vigente.

Na nossa propositura há uma diminuição pela vigente, ou comparativamente à Constituição vigente de menos seis vírgula onze por cento. Entretanto, no curso deste ano, do trigésimo quarto ano de serviços prestados evidentemente que tem que ser somado os anos anteriores que têm que ser capitalizados.

Por esta razão, que carece de justiça na crítica que foi feita ao projeto. E a própria Comissão, levada a erro, grosseiro até, se me permite o termo, porque não há prejuízo para o funcionalismo. Até pelo contrário, serão mais beneficiados as funcionárias públicas, os professores e até os Magistrados, que têm direito à aposentadoria aos trinta anos de serviço. Mas, quando completarem os trinta e cinco anos de serviço, ainda têm uma vantagem de um vírgula setenta e dois por cento, pelo sistema vigente.

Por essa razão, Sr. Presidente, não vejo porque o funcionalismo não concordar com o sistema proposto, segundo dispõem as Constituições Estadual e Federal, em que há direito adquirido. Principalmente, neste tópico, o direito adquirido é preservado. E aquele que entender usar do direito que contém a atual Constituição, não terá prejuízo algum porque pode requerer, pode ficar na vigência desse direito adquirido.

Por essa razão, não vejo prejuízo. Mesmo que houvesse, neste caso não haveria.

Se julgada procedente a representação de inconstitucionalidade arguida no inciso segundo, do artigo 70, da Constituição, todos os funcionários, inclusive os inativos, perderão o direito de perceber essa vantagem.

E a nossa proposição foi de acudir tempestivamente, a uma dúvida que poderá surgir.

E o artigo 92, da Constituição de São Paulo, aliás, invocada pela Comissão, já sofreu o crivo do excelso pretório desta República, quando arguida a inconstitucionalidade desse artigo, na representação 753, se questionou da sua inconstitucionalidade, que é exatamente igual a emenda proposta. E o Supremo Tribunal Federal deu pela constitucionalidade desse instituto.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que tenho de vir a esta tribuna para contestar a exposição e o parecer da douta Comissão Especial.

Por esta razão, apelo aos Srs. Deputados para que observando todos esses postulados e também os cálculos matemáticos feitos, e hoje divulgados principalmente pela "Gazeta do Povo", não há que se ter, ou que se ater a eventual prejuízo, porque há um efetivo lucro, uma efetiva vantagem para o funcionalismo do

Estado.

Jamais, em tempo algum iríamos propor para que o funcionalismo incorresse num prejuízo dos seus vencimentos e das suas vantagens.

Esta é a argumentação que eu queria oferecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão a Proposição n.º 59/79, com parecer contrário da Comissão Especial; encerrada a discussão, em votação. — Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

(É procedida nova votação)

12 Srs. Deputados aprovam; 27 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada a proposição.

1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 61/79, de autoria do Senhor Deputado DARCY DEITOS, que dá nova redação ao artigo 76, da referida Constituição, revogando o seu parágrafo único. Parecer CONTRÁRIO, por maioria. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 16 de abril próximo passado, apresentamos a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição, para alterar o Artigo 76 da Constituição Estadual, revogando o seu parágrafo único.

Diz o artigo 76 da atual Constituição:

“O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.”

A nossa emenda prevê de que, “o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado integralmente, para todos os efeitos legais”.

Evidentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que a nossa proposição é das mais justas porque vem a beneficiar inúmeros servidores estaduais que já serviram à União ou que já serviram aos Municípios, e vêem que estão prejudicados na contagem de quinquênio, na contagem de uma série de vantagens que teriam, por lei, direito, mas que no artigo 76 da nossa Constituição não encontram amparo.

Mas, os eminentes Deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, que compõem a Comissão Especial de Verificação às Emendas Constitucionais, elaboraram o parecer que discordamos.

Diz esse parecer que agora a apontada unilateralidade da medida, deve ser ressaltado um impacto que para as finanças do Estado resultaria, é que, muito provavelmente, haverá um número elevado de servidores estaduais que anteriormente prestaram serviço em outras áreas e que os credenciaria após contagem de tal tempo, a imediata percepção de vantagens financeiras, são imprevisíveis, no inesperado das circunstâncias, as consequências para o erário público estadual.

Evidentemente, que o nosso objetivo era dar a esses servidores as vantagens que eles hoje se vêem preteridos, e que eles pedem hoje essas vantagens. Alegou também esse parecer, dizendo que, na Constituição Federal, Artigo 102, em seu parágrafo terceiro, determina que o tempo de serviço público federal, estadual e municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei.

Evidentemente que o Artigo 102, no § 3.º diz isto, mas em nenhum lugar da Constituição Federal veda que se faça essa alteração nas constituições estaduais, haja visto que na Constituição do Estado de São Paulo já está inserido esse tex-

to; na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul também está inserido.

Então achamos das mais justas a nossa proposição e aqui apelamos aos eminentes Deputados da bancada da Aliança Renovadora Nacional, para que votem favoravelmente a essa emenda, haja visto que é de interesse de inclusive inúmeros servidores, inclusive de um Deputado que fazia parte desta Assembleia Legislativa e hoje está no Tribunal de Contas, o eminente Deputado Ivo Thomazoni.

Apelo à Liderança da ARENA para que vote favoravelmente a esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão. — Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a presente Proposição, queiram levantar-se. — Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS — Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam a Proposição 61/79, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Treze Senhores Deputados aprovam; vinte e um rejeitam. — Rejeitada.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 56/79, que aprova termo aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Lupionópolis, com a interveniência dos órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 58/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 60/79, que aprova convênio n.º 211/78, de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Sengés, com a interveniência dos órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 64/79, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Mandaguáçu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública daquela comuna. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/78, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Ribeirão Claro”, com sede e foro na Comarca de Ribeirão Claro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/78, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que denomi-

na "Deputado Miguel Buffara", a rodovia que liga o trevo da BR-277, Município de Morretes, passando por Antonina à cidade de Guaraqueçaba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/79, de autoria do ex-Deputado TUGUIO SETOGUTTE, que modifica a redação do artigo 1.º, da Lei n.º 6755, de 16 de dezembro de 1975. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/79, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que denomina "Rodovia Deputado Olívio Belich", a Estrada Estadual PR-427, Trecho BR-277 à sede de Porto Amazonas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Caetano Arantes. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alice Marin, ocorrido na cidade de Assis Chateaubriand. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Sofia Lange, diretora do Primeiro Grau do Colégio Martinus. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Euzébio Vieira dos Anjos, ocorrido na cidade de Balsa Nova. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Joao Schleumer. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando votos de regozijo e congratulações pela nomeação dos Srs. Doutores Eros Nascimento Gradowski, Haroldo da Costa Pinto e Abrahão Miguel, para o cargo de Desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Estado. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Abrahão Miguel, Haroldo da Costa Pinto e Eros Nascimento Gradowski, nomeados para o cargo de Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, com o apoio do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo aos Juizes Abrahão Miguel, Haroldo da Costa Pinto e o atual Procurador Geral da Justiça, Dr. Eros do Nascimento Gradowski, pelas suas nomeações para o cargo de Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o Sr. Governador do Estado, pela nomeação para Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, dos Senhores Eros do Nascimento Gradowski, Abrahão Miguel e Haroldo Costa Pinto. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Aca-

demia Paranaense de Medicina e transcrição nos Anais da Casa dos nomes que compõem a sua Diretoria, Membros Honorários, Patronos e Titulares fundadores. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Secretário de Indústria e Comércio, pela eficiente e progressista orientação que vem imprimindo à frente daquela Pasta. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade de se imprimir rapidez nas obras de construção do contorno rodoviário da cidade de Jacarezinho. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de aplauso aos alunos do quinto período do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica do Paraná e ao Semanário "Voz do Paraná" pela promoção do Primeiro Seminário de Comunicação Social. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em voto de aplauso pelo rompimento de relações diplomáticas com o governo Anastasio Somosa, de Nicarágua. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes a diversas autoridades federais e estaduais, reivindicando a interdição do campo de aviação de Palotina, no que diz respeito aos vôos agrícolas. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Saúde e Assistência Social, encarecendo providências no sentido de proceder vistoria no Hospital Evangélico, visando apurar fatos denunciados pelos próprios funcionários do estabelecimento. — **Em discussão.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, no sentido de que reconheça o Governo Provisório formado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, como legítimo representante do povo nicaraguense. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, pela aprovação do projeto de lei do Sr. Deputado João Cunha, que revoga a Lei Falcão. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que determine providências cabíveis para que técnicos da referida Secretaria possam fazer um levantamento nos Municípios de Lupionópolis, Santo Inácio, Cafeara e outros, a fim de esclarecer aos cotoneiros daquela região, a respeito da qualidade das sementes. — **Em votação.**

O SR. VALDUGA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA - Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero congratular-me com o empenho do nobre Deputado Dácio Leonel, em trazer uma matéria muito interessante, que é a questão da semente.

Eu li aqui atentamente o requerimento, e o Deputado ilustre, ele enfoca um problema da semente de algodão da região fronteira ao Vale do Paranapanema. Entretanto, não especifica aqui no requerimento, segundo informações pessoais, me teria dito que verbalmente levou à Secretaria a informação de que a semente pretendida era na região de Santo Inácio e região vizinha que se compõe de um solo arenoso, enquanto que o Vale do Paranapanema em sua extensão maior, é de terreno argiloso.

De uma maneira geral, não tenho obrigação de conhecer profundamente a questão, mas por viver naquela região se sabe que a semente AI-17 paranaense, é a que apresenta maior índice de produtividade. Entretanto, tem razão ele, quando diz que os lavradores da região de Santo Inácio e região vizinha procuram até contrabandear a semente, buscar semente em outros Estados; porque ali como se trata de um solo arenoso, efetivamente a semente paulista é melhor.

Eu sei, porque já inclusive procurei demandar como advogado, até nos meus tempos de residente naquela região, a possibilidade de trazer semente do Estado de São Paulo e impedir até o Estado de que não permitisse o comércio livre de semente. Deparamos com o chamado poder de polícia de que dispõe a Café do Paraná, que aliás muito bem criou, porque disciplina no Estado o controle efetivo de semente de melhor germinatividade.

Apenas para que não se crie dentro dos quadros administrativos do Estado, assim um mal estar com relação ao bem intencionado requerimento do nobre Deputado, se fazia necessário este esclarecimento.

Acho que o Deputado quando pede tem toda a razão e a Café do Paraná, ao receber este ofício, com certeza deveria procurar vê-lo assim de uma forma mais objetiva.

Por essa razão e por entender a boa intenção deste requerimento é que eu vou votar favorável. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel, para encaminhar a votação.

OSR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente.

Apenas para deixar duas posições. Primeiro, quero agradecer a manifestação do eminente Deputado Rubem Valduga em respeitar as colocações que ele pôs a respeito da matéria.

Mas, gostaria, para que a Casa tomasse conhecimento, eu evitei inclusive entrar em detalhes, de comentar que da primeira feita, quando apresentei nesta Casa um expediente a respeito deste assunto, no dia seguinte, surpreendentemente, recebi um telefonema do Sr. Diretor da Café do Paraná, e senti no seu contato telefônico, que ele não estava satisfeito com o meu posicionamento, ou com a manifestação que eu fizera nesta Casa Legislativa.

Não obstante este fato, calei-me. Calei-me e não fiz revelação nenhuma a não ser ao Líder da minha bancada.

Na mesma ocasião em que me preparava para apresentar este requerimento nesta Casa de Leis, encontrava-me no Palácio do Governo com o Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Reinhold Stephanes. Relatei-lhe aquilo que havia ocorrido, quando da minha visita àqueles municípios. Dei-lhe conhecimento da posição que eu estava tomando. E Sua Excelência ainda me disse que poderia fazer o expediente que ele iria encaminhar técnicos à região, para conhecer "in loco" o problema. Quero pedir licença, permissão, não quero ser incorreto, mas quero trazer como testemunho o Líder da minha bancada, que tenho certeza, haverá de confirmar, porque encontrava-se junto com o Sr.

Secretário da Agricultura, quando eu fiz o apelo, expus o problema, e pedi que mandasse técnicos lá, e ele mesmo foi quem aventou que mandaria técnicos, porque ele tem interesse, é que realmente vá uma semente que permita maior produção, é o objetivo da sua Pasta e o objetivo de toda a Nação brasileira.

Então, apenas para esclarecer e trazer mais alguns detalhes que eu deixara anteriormente de esclarecer, para que fique definitivamente claro o assunto.

Que o que nós estamos buscando é uma resposta não técnica, queremos é uma resposta prática, que se conheça o problema, que se ouça os cotonicultores da região, eu há pouco aqui inclusive, entre os companheiros de Vera Cruz, que hoje honram com suas presenças esta Casa, um deles, inclusive, me trazia revelações de que na sua região, também tem o mesmo problema. E eu tenho convicção que Umuarama também é o mesmo problema, porque tenho conhecimento que através do Posto Fiscal de Santo Inácio, já no ano passado, só passavam semente de Presidente Prudente, se fossem encaminhadas para a Café do Paraná, em Umuarama.

E porque a Paulista, se continuam dizendo que a paranaense é melhor. Fica a interrogação, e vamos aguardar que os técnicos respondam, mas não apenas com os conhecimentos técnicos, mas efetivamente, indo à prática. Porque desta luta, eu agora vou aprender um pouco sobre o algodão, porque vou até o fim.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, reiterando os termos do seu requerimento datado de 25 de abril, no sentido de que não sejam mais computadas como nota para média de aprovação, as pesquisas escolares ilustradas. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Casa Civil do Governo do Estado, em forma de pedido de informações, sobre a razão de não estarem sendo ocupados até o presente data, os dois edifícios construídos e destinados a acomodar repartições públicas. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo diversas medidas junto ao DETRAN. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente.

Apenas gostaria que Vossa Excelência determinasse que se procedesse a leitura do item sétimo deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — ... "Que os usuários sejam informados sobre as atuais condições de funcionamento, manutenção, confiabilidade do sistema e custo do CTA."

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu faço um apelo ao nobre Deputado autor do requerimento, para a exclusão deste item. Nós votaríamos favoravelmente a este requerimento, desde que fosse excluído este item, porque não é de competência do Governo do Estado, porque acho que quer referir-se, o nobre Deputado, ao controle de tráfego por área, sinalização de controle de tráfego por área, isto é matéria afeta ao Poder Público Municipal de Curitiba, mais precisamente ao Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Curitiba, ao I.P.P.U.C..

Nestas condições, nós não poderíamos votar neste item.

porque estaríamos incorrendo numa omissão de Poder, solicitando informações de assuntos não pertinentes ao Poder Executivo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - A Mesa consulta ao nobre Deputado Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, diante da informação do nobre Deputado Erondy Silvério, eu concordo em retirar. Só que gostaria de justificar o porquê da inclusão deste item, porque segundo nosso entendimento, em que pese ser uma área afeta à municipalidade de Curitiba, nós entendemos que há uma fiscalização direta por parte do DETRAN, eis a razão pela qual nós inserimos este item em nosso requerimento. Mas, uma vez que o assunto é de competência exclusiva do Município de Curitiba, evidentemente que eu tenho que concordar com o nobre Deputado Erondy Silvério. Eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). Continua em votação, com exclusão do item 7. -- **Aprovado.**

A Mesa determina que seja excluído o item 7 do referido requerimento. -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ruben Valduga e Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que enviem esforços para evitar a paralisação das atividades da Usina Central Paraná, no Município de Porecatu. -- Em votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito embora o Paraná e o Brasil já tenham conhecimento do comportamento do grupo Atalla, muito embora a posição deste Deputado será de votar favoravelmente a este requerimento, eu gostaria de justificar o meu voto. Face à grave crise que novamente este grupo, que vive a chantagear o Governo e o povo, das unidades da Federação, onde têm suas empresas, ameaçando sempre de paralisação, quando gera alguma crise criada artificialmente pelo incompetente grupo que agora se instala e se instalou no Paraná, Sr. Presidente, entendo necessárias providências do Governo Federal e Estadual para por fim, mais uma vez, a esta situação, que tem um grande cunho social, agravada na cidade de Porecatu.

Entendo de que o Governo Federal deva, realmente, fazer uma intervenção junto àquela usina, pois se entendemos ser uma subversão da ordem, incitar o povo contra as autoridades, também é uma subversão da ordem legal a chantagem que este grupo sempre faz contra as autoridades e contra os trabalhadores.

É de nosso conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pois lá estivemos e podemos constatar e iremos trazer a esta Assembléia e encaminhamos hoje ao ilustre Deputado Fiori Luiz que ontem já se pronunciou sobre a matéria. Uma verdadeira escravidão branca, no meio rural de Porecatu, onde menores de idade trabalham de sol a sol, para perceber ao final de um mês de serviço, nada mais nada menos, que quinhentos cruzeiros. Não se paga horas extras; e não se admite, inclusive a entrada de fiscais naquela usina; não admite, a entrada de Deputados eleitos pelo povo, nos recintos daquela usina. O Sr. Abdala criou na Usina Central de Bandeirantes, um serviço de polícia que até nos faz lembrar a guarda nacional de Somoza, para barrar todos aqueles que para lá se dirigem.

Iremos encaminhar a esta Casa, juntamente com o Deputado Fiori Luiz, um pedido da formação de uma comissão especial, composta por deputados deste Poder, para fazer uma avaliação no quadro real da Usina Central do Paraná, pois sabemos que o Governo do Estado já fez o parcelamento do ICM, que aquela empresa deve. Fez o parcelamento da dívida que ela tinha junto à COPEL, parcelamento este que pelo que consta, também não está sendo cumprido pela usina junto ao Governo do Estado.

É necessário que os Abdalas, respeitem as leis vigentes neste País e não ameacem a chantagem como vem sendo feito por este grupo que parece até ser o representante ou testa de ferro de mais uma multinacional nesta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. -- (Sem revisão do orador)

O SR. VALDUGA - (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, o meu requerimento, eu não vou indagar de questões outras, que não sejam o aspecto cingido aqui no meu requerimento.

É de que realmente a situação naquele município, Porecatu, Florestópolis e Centenário do Sul; e menormente nos municípios de Alvorada do Sul, Lupionópolis, com a paralisação desta usina, criaria uma situação de verdadeiro pânico para os trabalhadores.

Em momentos graves, como este, deve-se ter presente a preservação do labor a preservação do trabalho. Daí porque, fui cauteloso e minucioso, ao requerer que o Governo devesse envidar esforços para que não fosse paralisado o trabalho. As formas, o Governo haverá de encontrá-las e saberá como fazê-lo. Agradeço também em nome dos trabalhadores daquela região de quem tive o privilégio de ter alguns votos, aqui a subscrição do nobre e eminente Deputado José Lázaro Dumont, também do Deputado Fuad Nacli e a adesão de nosso companheiro Scarpelini, que sentiram a gravidade e a premência da situação e peço que seja tão logo aprovado, encaminhado um telex sobre a posição desta Casa, cingida à matéria aqui requerida.

Também quero dizer, e enaltecer aqui a posição do Governador Ney Braga, que não tem medido esforços, mesmo aos domingos tem trabalhado, tem procurado contato com as autoridades para encontrar uma forma efetiva e justa para evitar a paralisação do trabalho.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Continua em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - (Pela ordem). -- Sr. Presidente, requero de Vossa Excelência a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- A Mesa atende a solicitação do nobre Deputado. -- (Lê o requerimento) -- Em votação.

O SR. FUAD NACLI - (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na data de ontem, ainda, tivemos oportunidade de falar sobre o problema que pesa sobre a Usina Central de Porecatu.

No sábado e domingo, Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga manteve contatos com o Ministro da Fazenda, com o Presidente do Brasil, com o Ministro de Indústria e Comércio e com todos os órgãos federais para que o Sr. Volnei Atalla tomasse providências.

Ainda hoje, o jornal "O Estado de São Paulo" disse que o Sr. Volnei Atalla se encontrava em Brasília, tratando do assunto que vem se arrastando há mais de dois anos.

Com referência ao requerimento do nobre Deputado Valduga, dissemos a Sua Excelência que gostaríamos de dar nosso apoio e a nossa assinatura.

Ontem, ainda, dizíamos, numa entrevista dada ao Canal 12, que não acreditávamos na paralisação daquela usina. Sabemos do esforço de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado. Mas também não queremos entrar em detalhes e minúcias dos problemas que afligem, não só Porecatu mas também aos municípios vizinhos.

Vossas Excelências sabem muito bem que o Grupo Atalla, hoje, é detentor de uma área de mais de vinte alqueires de terra que abrange quatro municípios. E nós, como representantes daquela região, não poderíamos ficar aqui sentados e ouvindo os Srs. Deputados. O nosso interesse prende-se exclusivamente ao atendimento do povo daquela região. Sentimos a necessidade do Governo dar apoio aos trabalhadores daquela região, principalmente de Porecatu, que tem oitenta por cento de sua

renda vinculada àquela Usina Central.

E com muito prazer que damos apoio ao nobre Deputado Valduga, ao seu requerimento, porque teremos muita satisfação em ver o povo daquela região em paz, porque somos eleitores daquele município há mais de trinta anos. E gostaríamos muito de ver a tranquilidade e a paz reinar em Porecatu.

Era o que tínhamos a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação o requerimento.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tive oportunidade, e me chamou atenção, o requerimento. E mesmo o próprio caso da Usina de Porecatu, porque, já em 1976, realizávamos, naquela cidade, um trabalho junto à Igreja, através da Secretaria da Pastoral da Terra.

Dom Agostinho e este Deputado, naquela ocasião, levaram ao conhecimento das autoridades federais, justamente aqueles graves problemas sociais apontados pelo nobre Deputado José Domingos Scarpelini, e, mesmo em Brasília, conversando com funcionários do Ministério do Trabalho que estavam encarregados, à época, de verificar a legalização, a legalidade do funcionamento, do tratamento dos trabalhadores naquela usina, nos foi dito e testemunhado, através daquelas pessoas de que, em Porecatu encontraram, inclusive, dificuldades de acesso para fazer a devida fiscalização, e, só o puderam fazer, depois de virem a Curitiba e conseguido uma licença para tal!

Digo isto, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, para apontar, aqui, uma solução maior que deverá ser tomada em relação a essa usina em Porecatu. Inclusive sou favorável a que o Governo Federal intervenha, mas intervenha no sentido de estatizar aquela empresa, para devolver, aos trabalhadores, os seus direitos, que eles não tiveram e que lhes foram negados durante muitos anos, desde 76. E, diga-se também, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, que o sofrimento daqueles trabalhadores já vem de muitos e muitos anos! E, se somente agora está havendo preocupação com os trabalhadores de Porecatu diante a ameaça do grupo Atalla, de paralisar a obra, é sinal e é sintoma de que, o sofrimento do trabalhador não está realmente sensibilizando os homens públicos, tanto do Estado como do órgão federal, e, somente quando existem dificuldades para a classe privilegiada, como por exemplo do grupo Atalla, é que começam as preocupações e, sempre em nome do povo e não, do trabalhador!

Mas volto a afirmar: há muito tempo aquele povo mereceria a atenção dos homens públicos, para que se desse uma solução.

Eu sou favorável, Sr. Presidente, à intervenção dos órgãos federais, mas, no sentido de uma estatização.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por questão de coerência e porque na condição de representante da Oposição do Município de Porecatu, Florestópolis, Centenário, Jaguapitã e toda a região do Vale do Paranapanema, eu não poderia deixar de manifestar, aqui, a minha posição com relação ao requerimento formulado pelo nobre Deputado Ruben Valduga que, juntamente com o Deputado Fuad Nacli, representam aquela região através do Partido do Governo nesta Casa. Mas eu disse "por questão de coerência", Sr. Presidente, porque, ontem, nós apresentamos um requerimento pedindo o envio de telex a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Indústria e Comércio, e do Trabalho, solicitando urgentes e enérgicas

interferências dos mesmos, junto ao grupo Atalla, que vem ameaçando paralisar as atividades da Usina Central do Paraná, caso não consiga o empréstimo pleiteado junto ao Bando do Brasil. Mas frisamos bem, Sr. Presidente, em nosso requerimento, que nós não somos favoráveis à concessão do empréstimo, porque esse grupo já fora beneficiado por inúmeras vezes pelos órgãos financeiros do Governo, e por órgãos financeiros particulares quer do Brasil, quer do exterior, e já demonstrou que é um grupo que não merece, mais, a confiança, a consideração em termos de empréstimo, do Governo Federal. Mas o problema mais sério, o problema mais grave para nós, e, em razão disto, Sr. Presidente, é que nós entendemos que deveríamos encaminhar este requerimento, é a situação dos 10.000 trabalhadores que vivem e dependem exclusivamente da Usina Central do Paraná. Reside aí, pois, a nossa maior preocupação, e é exatamente pensando nesses 10.000 trabalhadores, pensando também, Senhor Presidente, na vida tributária dos municípios de Porecatu e adjacências, é que nós entendemos ser oportuna a intervenção do Governo Federal junto ao grupo Atalla, mais especificamente, junto à Usina Central do Paraná.

Por esta razão somos favoráveis ao requerimento do nobre Deputados Ruben Valduga e Lázaro Dumont, porque entendemos que ao Governo Federal compete, porque ele tem meios legais e necessários, para intervir na Usina Central do Paraná e se for o caso, até usar de medidas excepcionais que ele dispõe para colocar um fim a esta medida que visa única e exclusivamente intimidar o Governo para obter empréstimo. Contra o empréstimo e em defesa dos trabalhadores de Porecatu.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.
O SR. FIORI LUIZ — Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, ontem nós já abordamos esse problema, da Usina Central do Paraná em Porecatu, a exemplo do nosso companheiro José Tavares, e a gente reafirma sucintamente, aquelas nossas colocações de ontem porque o grupo Atalla, sempre, na verdade, teve favorecimentos da área federal, nos empréstimos, como dizia o Senador Leite Chaves, a ala dos "Allas". — Dos Atallas, dos Abdalas, dos Luthfallas. Os empréstimos obtidos pelo grupo Atalla, quase que numa média de cinquenta por cento foram desviados para compra de uma área enorme da Amazônia, para a compra de empresas, nos Estados Unidos e bilhões para financiar o Sr. Emerson Fitipaldi com o Copersucar patrocinando o carro "tartaruga".

A preocupação, na verdade, é com os dez mil trabalhadores do complexo industrial, e das oito fazendas de plantações de cana, o que representaria quarenta mil bocas. A preocupação do MDB é o drama social. Não me importa se vão dar dinheiro, se não vão, se é o Governo Federal, ou se é o Estadual. Tem que resolver, porque temos um milhão e cem mil "bóias-frias" nesse Estado do Paraná, e que se vive, nas plantações de cana, um regime de feudo, uma verdadeira escravidão branca, na base da chibata e do chicote ainda, lá e também na Usina de Bandeirantes, onde os trabalhadores são obrigados a comprar nos armazéns a preço que eles determinam. Não tem SUNAB, não tem nada.

As crianças descalças, doentes, sem escolas, é um regime de escravidão branca, naquela região de Porecatu. Então, que o Governo Federal, e eu volto a repetir aqui o que disse ontem, que gosta de intervir em sindicatos de trabalhadores, que faça uma intervenção na usina, para uma avaliação social e econômica dos reflexos que teria a paralisação dessa usina.

Não me importa de onde venha a decisão, mas ela tem que vir, para se evitar que mais de quarenta mil bocas saiam às ruas virando latas de lixo, disputando com os cães uma migalha para encher a barriga.

O problema é muito profundo e merece muito estudo por parte das autoridades. Não é papo furado de gabinete, não é o

prefeito querendo renunciar. É preciso medidas agressivas e eficazes por parte do nosso Governo Federal.

Tem que se evitar, falou bem Darcy Deitos, e isso é caso até de cadeia para determinados grupos favorecidos pelo Governo nesse País. Grupos corruptos, mas que têm o dinheiro do Governo Federal, através dos bancos oficiais, grupos corruptos que desviam a finalidade dos empréstimos. Esta gente não vai para a cadeia, esta gente não passa dificuldades, neste regime de capitalismo que nós enfrentamos, neste País.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont e, em seguida, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós demos o nosso apoio ao requerimento do Deputado Ruben Valduga, pelos mesmos motivos que foram abordados por todos os Deputados que usaram da palavra, inclusive, da Oposição, visando, exclusivamente, um problema social que poderia vir com a paralisação da Usina Central do Paraná. Tivemos, inclusive, fomes, por alguns anos, empregados daquela usina em Porecatu, e o que nós, realmente, lamentamos profundamente, é, muitas vezes, a maneira como se processa a aprovação de determinados empréstimos. Eu, particularmente, sou contrário a qualquer tipo de intervenção por parte do Governo em empresas particulares. O que eu acho é que os projetos faraônicos que, muitas vezes, nós criticamos da área governamental, também, deveriam ser criticados e proibidos na área particular porque Porecatu já tinha a sua Usina Central do Paraná com capacidade de dois milhões e meio de sacas de açúcar, produção anual. Quiseram implantar em Porecatu porque no Brasil nós temos a mania do maior do mundo, é o maior do mundo em tudo — em campo de futebol e em tantas outras coisas; quiseram dar ao Brasil, também, a maior usina de açúcar do mundo. Fechou-se uma usina de açúcar com capacidade de quase três milhões de sacas; construiu-se outra usina, ao lado daquela, para ser a maior do mundo. Então, o grande culpado, está, exatamente, na aprovação dos projetos; é lá que se deveria ter uma medida governamental para que não se fizessem projetos faraônicos, também, na área particular. Estamos aprovando este requerimento e, repetimos, visando, exclusivamente, que será o caos, realmente, de todas aquelas famílias daqueles trabalhadores que estão nessa usina. Não é só Porecatu que tem o privilégio de trabalhadores saírem pedindo na casa dos outros um pão, um prato de comida, ou virando latas de lixo. É só ir na rua em que eu moro, aqui em Curitiba, ao lado de uma das favelas. Se nós tivéssemos que intervir em indústrias pelas condições sociais de vida, de moradia, de salário com que passa o trabalhador brasileiro, hoje, nós teríamos que intervir em, pelo menos, noventa por cento de todas as empresas brasileiras, inclusive, nas fazendas do meio rural.

Então, estamos apoiando, não porque determinado benefício poderá beneficiar o grupo Abdala ou quem quer que seja. Estamos apoiando para dar condições de trabalho, precárias, muitas vezes, com salários baixos, muitas vezes, aos trabalhadores de Porecatu mas, apoiamos, exclusivamente, por isso, para que aqueles trabalhadores possam ter continuidade de salário, baixo ou não; mas, tenham a continuidade de rendimento no fim do mês. O único problema como foi frisado, inclusive, pelo Deputado Fiori Luiz, não me importa e se o requerimento do Deputado Ruben Valduga tivesse dito, taxativamente, que era para pedir dinheiro para a usina, talvez, eu não assinasse; mas, é, simplesmente, procurando uma solução social e repito, aqui,

as palavras do nobre Deputado Fiori Luiz, não interessa se o dinheiro vem do Estado e para quem que vá; o que interessa, realmente, que aqueles trabalhadores possam ter continuidade de emprego e garantir um serviço para seus familiares.

Sr. Presidente, muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

Com a palavra o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente.

Quando a Nação inteira vê a explanação nos vídeos de televisões, que o País está se passando para o regime democrático, que as propostas de anistia estão na iminência de ir para o prelo; quando se debatem problemas momentosos de segurança, de emprego, de garantia, de remuneração, nos deparamos com um problema altamente comprometedor do modelo econômico vigente. É um caso típico de erro do modelo elitista da economia de mercado, de mercado de produtos, de manipulação de mão-de-obra, de matéria-prima e de comercialização de produtos.

Este grupo Atalla, famigerado, repudiado por todos os cantos da República, está agora na iminência de criar um caos social e até um caos econômico, comprometendo, inclusive, direitos fiscais do Estado e quem sabe da Nação. Pelo que se nota no requerimento, ao que se deduz do requerimento do Deputado Ruben Valduga, não seria outro o objetivo do parlamento brasileiro, senão o de acudir a este eminente perigo de desemprego em massa, que nos parece é o objetivo deste requerimento.

Não vamos também rebuscar conceitos aqui, conceitos econômicos, conceitos sociológicos a respeito de uma população inteira. É que Sr. Presidente, está em jogo nada menos do que quatro municípios e principalmente os trabalhadores que prestam serviços a uma usina, sob detenção de um determinado grupo que só pensa na manipulação dos meios de comunicação para pluralizar a personalidade, para cultuar os seus objetivos pessoais, o seu narcisismo até, levando inclusive Sr. Presidente, a representação do grupo Atalla nas corridas de automóveis, nos grandes empréstimos internacionais, nos leguleios, nos boicotes aos interesses do próprio Estado e da própria Federação e muito maior ainda dos municípios.

E é por esta razão, Sr. Presidente, que não deixaríamos de votar, para que o Governo encontre uma solução definitiva, seja desapropriando aquela usina inteira, e entregando para uma empresa de economia mista ou uma outra modalidade jurídica que resolva o problema social, o problema econômico e o problema angustiante que este grupo tem trazido sobretudo para o meio rural, para o meio dos trabalhadores rurais.

O nosso voto será favorável, mas sobretudo protestando contra este estado de coisas. O Governo precisa definitivamente usar dos poderes que contém para punir culpados, por este caos social que é este grupo Atalla.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi para encaminhar o presente requerimento, só para fazer a seguinte colocação, de que os carros Copersucar que rodavam aí nos grandes prêmios, eles rodavam não com gasolina, mas sim com o suor dos trabalhadores da usina de Porecatu.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e Secretário da Educação, enca-

recendo providências em relação ao Colégio Estadual "Manoel Moreira Pena" de Foz do Iguaçu, tendo em vista a precária situação daquele colégio agrícola. — **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO -- das Proposições n.ºs 58, 59, 60, 61 e 57/79.

3.^a DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 103 e 130/78 e 29 e 74/79.

Marcando ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 28, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL -- dos Projetos de Resolução n.ºs 02/77, 42 a 48, 54, 55 e 56/79 e dos Projetos de Lei n.ºs 45/77 e 09/79.

Levanta-se a sessão.